

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

THIAGO HAMILTON ESPÍNDOLA

**NÍVEL DE EVIDÊNCIA DA GESTÃO DE RISCOS PELA METODOLOGIA DO
COSO NOS RELATÓRIOS DE ADMINISTRAÇÃO DAS EMPRESAS LISTADAS NA
BM&F BOVESPA NO SEGMENTO DE BANCOS**

**FLORIANÓPOLIS
2012**

THIAGO HAMILTON ESPÍNDOLA

**NÍVEL DE EVIDÊNCIA DA GESTÃO DE RISCOS PELA METODOLOGIA DO
COSO NOS RELATÓRIOS DE ADMINISTRAÇÃO DAS EMPRESAS LISTADAS NA
BM&F BOVESPA NO SEGMENTO DE BANCOS**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Inireu Afonso Frey.

**FLORIANÓPOLIS
2012**

THIAGO HAMILTON ESPÍNDOLA

**NÍVEL DE EVIDÊNCIA DA GESTÃO DE RISCOS PELA METODOLOGIA DO
COSO NOS RELATÓRIOS DE ADMINISTRAÇÃO DAS EMPRESAS LISTADAS NA
BM&F BOVESPA NO SEGMENTO DE BANCOS**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pelo Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, SC, 26 de novembro de 2012.

Professor Roque Brinckmann, Dr.

Coordenador de TCC do Departamento de Ciências Contábeis

Professores que compuseram a banca:

Prof. Dr. Irineu Afonso Frey

Prof. Dr. Luiz Alberton

Vivian Osmari Uhlmann

Dedico este trabalho aos meus pais Hamilton e Maria, aos meus irmãos Diego e Isadora, a minha namorada Priscila e ao meu primo Michael, que sempre me apoiaram e me incentivaram durante a minha trajetória acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente deixo meu agradecimento aos meus pais, Hamilton e Maria, a quem tanto amo e que me deram a oportunidade de chegar até aqui.

Aos meus irmãos Diego e Isadora, por todo amor, compreensão, brigas, mas principalmente os momentos felizes que continuaremos a viver.

Ao Professor e Orientador Dr. Irineu Afonso Frey, pela dedicação, apoio e encorajamento contínuo que realizou durante a elaboração deste trabalho.

Aos meus familiares que sempre me incentivaram a atingir este objetivo.

A minha namorada, pessoa especial em minha vida que sempre está meu lado em todos os momentos, sejam eles bons ou ruins.

Ao meu primo Michael pelo apoio à minha inscrição na universidade e que, além de primo é um grande amigo.

Aos demais professores da Universidade Federal de Santa Catarina pelo apoio, paciência e cobranças durante o período de graduação.

A todos, sem distinção que de alguma maneira me ajudaram na minha formação acadêmica, fica aqui os meus sinceros agradecimentos.

“O destino não é uma questão de sorte, é uma questão de escolha, não é algo a se esperar, é algo a se conquistar.”

Willian Jennings Bryan

RESUMO

ESPÍNDOLA, Thiago Hamilton. Nível de evidência da gestão de riscos pela metodologia do COSO nos relatórios de administração das empresas listadas na BM&F Bovespa no segmento de bancos. Monografia (Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

Com os casos de escândalos ocorridos por meio da maquiagem das demonstrações contábeis em algumas empresas no início do século 21, a auditoria, os controles internos e o gerenciamento de riscos corporativos passaram a ter importante papel neste novo cenário corporativo. A auditoria proporciona aos usuários de suas informações, dados para o suporte necessário para desenvolver um melhor controle, transparência (*disclosure*) e confiabilidade das empresas na sua prestação de contas (*accountability*). A auditoria é um procedimento que pode ser adotado como ferramenta estratégica, e tem como objetivo normatizar, fiscalizar e avaliar os dados contábeis, orçamentários, operacionais, patrimoniais e financeiros, visando orientar e supervisionar a gestão das empresas. Os controles internos são um conjunto de sistemas com regras específicas, atualmente aprimoradas com o aperfeiçoamento das tecnologias de informação, que proporciona uma melhor confiabilidade dos seus processos e resultados. A governança corporativa vem para complementar os objetivos da auditoria e dos sistemas de controles internos, sendo um conjunto de processos, costumes, políticas, leis, regulamentos e instituições que regulam a maneira como uma empresa é dirigida, administrada ou controlada. O presente estudo busca analisar a evidência da gestão de riscos corporativos nos Relatórios de Administração das empresas listadas na BM&F Bovespa no segmento de bancos e se estão de acordo com os aspectos relacionados e propostos pela metodologia do COSO *Enterprise Risk Management – ERM, desenvolvida pelo The Committee of Sponsoring Organizations*. Para tanto, foi realizada uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa nos Relatórios de Administração de 26 bancos que possuem ações negociadas na BM&F Bovespa, classificando-os quanto ao nível de divulgação da gestão de riscos. Das empresas com informações evidenciadas, 3,85% uma empresa teve seu relatório da administração classificado como informação completa longa, 23,08% como informação completa média, e com divulgação de informação incompleta longa tem-se 30,77% das empresas, 19,23% como informação incompleta média e 23,08% com informação incompleta curta. Verifica-se que os níveis de evidência das características básicas recomendadas pelo COSO são baixos nos relatórios da administração analisados.

Palavras-chave: Auditoria, Controle interno, Gestão de Riscos, COSO, Relatórios de Administração.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 O conflito de agência dos gestores e a governança corporativa.....	32
Figura 2 Sistema de Governança Corporativa.....	33
Figura 3 Cubo do COSO I.....	37
Figura 4 Matriz tridimensional do COSO II.....	41
Figura 5 Classificação de Riscos.....	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 Principais diferenças entre auditoria interna e externa.....	22
Quadro 02 Princípios de governança corporativa do IBGC.....	30
Quadro 03 Finalidades do gerenciamento de riscos corporativos.....	40
Quadro 04 Componentes do gerenciamento de riscos corporativos.....	41
Quadro 05 Classificação dos RA quanto à evidência de riscos propostos pelo COSO.....	18
Quadro 06 Variáveis consideradas pela metodologia do COSO ERM por ambiente.....	18
Quadro 07 Classificação dos RA quanto à evidência do Ambiente interno.....	46
Quadro 08 Classificação dos RA quanto à evidência da Fixação de objetivos.....	48
Quadro 09 Classificação dos RA quanto à evidência da Identificação de riscos.....	50
Quadro 10 Classificação dos RA quanto à evidência da Avaliação de riscos.....	51
Quadro 11 Classificação dos RA quanto à evidência das Respostas a riscos.....	52
Quadro 12 Classificação dos RA quanto à evidência das Atividades de controle.....	53
Quadro 13 Classificação dos RA quanto à evidência de Informação e comunicação.....	55
Quadro 14 Classificação dos RA quanto à evidência de Monitoramento.....	56
Quadro 15 Classificação dos RA quanto à evidência da Metodologia do COSO II.....	57
Quadro 16 Resumo dos RA quanto à evidência da Metodologia do COSO II.....	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CVM -	Comissão de Valores Mobiliários
IBGC -	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
COSO -	<i>Committee of Sponsoring Organizations</i> (Comitê das Organizações Patrocinadoras)
IBRACON -	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
RA -	Relatório da Administração
NM -	Novo Mercado
COSO I -	Internal Control – Integrated Framework (Controles internos – Estrutura integrada)
COSO II -	<i>Enterprise Risk Management – Integrated Framework</i> (Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada)
COSO ERM -	<i>Enterprise Risk Management – Integrated Framework</i> (Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada)
CA -	Conselho de Administração
BACEN -	Banco Central do Brasil
BM&F Bovespa-	Bolsa de Mercadorias e Futuros da Bolsa de Valores de São Paulo
GRCorp	Gerenciamento de Riscos Corporativos
ADR	<i>American Depositary Receipts</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	13
1.2 OBJETIVOS.....	14
1.2.1 Objetivo geral.....	14
1.2.2 Objetivos específicos.....	14
1.3 JUSTIFICATIVA.....	15
1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	16
1.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	20
1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO.....	21
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	22
2.1 AUDITORIA CONTÁBIL.....	22
2.1.1 Conceito e definições de auditoria.....	24
2.1.2 Objeto e fins da auditoria.....	24
2.1.3 Entidades obrigadas a contratar auditoria contábil.....	25
2.2 CONTROLE INTERNO.....	26
2.2.1 Princípios do controle interno.....	28
2.2.2 A importância do controle interno nas organizações.....	29
2.3 GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	30
2.3.1 A teoria de agência.....	31
2.3.2 Sistema de governança corporativa segundo o IBGC.....	33
2.3.3 Governança corporativa no Brasil.....	34
2.4 COSO.....	35
2.4.1 COSO I – Estrutura de controles internos.....	36
2.4.2 COSO II – Estrutura de gerenciamento de riscos corporativos.....	39
2.4.2.1 Conceito de risco.....	43
2.4.2.2 Classificação dos riscos.....	43
3 ANÁLISES E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS.....	46
3.1 Ambiente interno.....	46
3.2 Fixação de objetivos.....	47
3.3 Identificação de eventos ou riscos.....	49
3.4 Avaliação de riscos.....	50
3.5 Respostas aos riscos.....	52
3.6 Atividades de controle.....	53
3.7 Informação e comunicação.....	54
3.8 Monitoramento.....	56
3.9 Classificação dos RA quanto evidenciação da Metodologia do COSO II.....	58
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS.....	62

1 INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, por conta da globalização, as empresas se tornaram cada vez mais complexas, aumentando o fluxo de operações e baseadas em metas que passaram a serem traçadas a partir da obtenção cada vez maior de lucro, com isso, aumentando a complexidade destas operações. A contabilidade e a auditoria passaram a ter papel fundamental neste novo contexto, cuja finalidade é transparecer aos usuários da informação, transparência, controle e clareza das entidades que estão sob exame. O controle interno e o gerenciamento de riscos corporativos, adicionalmente são as medidas e os dispositivos que auxiliam as organizações a se inserirem neste novo cenário.

Como meio de acompanhar a globalização do mercado, as empresas investiram alto no aprimoramento dos controles de administração interna, visando garantir seu patrimônio e capital contra ações fraudulentas como as presenciadas pelo mundo nos casos Enron e WorldCom, entre outros (DIAS; CORDEIRO, 2006; GERÔNIMO et al., 2009).

Com a repercussão dos escândalos e quebra de negócios nos Estados Unidos da América fez com que o COSO em 2001 solicitasse à PricewaterhouseCoopers o desenvolvimento de uma estratégia de fácil utilização pelas organizações para avaliar e melhorar o próprio gerenciamento de riscos. O resultado foi à publicação, em 2004, do modelo *Enterprise Risk Management – Integrated Framework* (Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada), também conhecida como COSO ERM ou COSO 2.

O COSO ERM amplia o alcance dos controles internos, mediante um enfoque mais completo e extensivo ao tema, nesse modelo a companhia gerencia suas atividades de acordo com os ambientes definidos para o controle das atividades, agregando técnicas de gerenciamento de riscos.

Segundo Beuren e Zonnato (2012, p. 70):

[...] Um instrumento para a evidenciação da gestão de riscos que as empresas têm à disposição é o relatório da administração, legalmente amparado pela lei das sociedades por ações, lei n° 6.404/76, atualizada pela lei n°11.638/2007 e lei n° 11.941/2009, bem como o Pronunciamento conceitual Básico (r1) estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-Financeiro (CPC 00, 2011). O relatório da administração é um meio para reportar as informações relativas à empresa, tanto ao seu público interno quanto ao externo.

O relatório de administração é o documento apresentado pelas empresas com informações inerentes à empresa, tais como: setor de atuação, empresas que compõe o seu

grupo econômico, apresentação dos órgãos de controle das empresas, programas e políticas de gestão ambiental, desempenho econômico-financeiro, entre outros fatores, inclusive sobre a apresentação da gestão de riscos corporativos propostas pela metodologia do COSO ERM.

1.1 TEMA E PROBLEMA

No ano de 1992 o *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) publicou a obra *Internal Control – Integrated Framework* para ajudar empresas e outras organizações a avaliar e aperfeiçoar seus sistemas de controle interno. Desde então, a referida estrutura foi incorporada em políticas, normas e regulamentos adotados por milhares de organizações para controlar melhor suas atividades visando o cumprimento dos objetivos estabelecidos. (COSO, 2004)

A obra “Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada” amplia seu alcance em controles internos, conforme o COSO apresenta na obra *Internal Control – Integrated Framework* e oferecem um enfoque mais vigoroso e extensivo ao tema, apresentando além de abordar o assunto de sistemas de controles internos, este traz princípios e conceitos fundamentais de gerenciamento de riscos corporativos. A presente estrutura de gerenciamento de riscos corporativos, embora não tenha por meta substituir a estrutura de controles internos das organizações, incorpora a estrutura de controle interno em seu conteúdo e, poderá ser por estas utilizadas, tanto para atender às suas necessidades de controle interno quanto para adotar um processo completo de gerenciamento de riscos. (COSO, 2004)

Enquanto a obra *Internal control – Integrated framework*, COSO I, está voltada a orientar as companhias privadas e públicas a avaliar e aperfeiçoar os seus sistemas de controles internos, o *Enterprise Risk Management – Integrated Framework*, COSO II, tem um enfoque mais abrangente, além de incorporar os assuntos abordados no COSO I, este teve como objetivo identificar e gerenciar os riscos corporativos, aplicado nas organizações através de estratégias implantadas em toda a organização, para o reconhecimento de eventos em potencial capazes de impactar os seus objetivos definidos.

O COSO II, estabelece oito componentes de gerenciamento de riscos a que as organizações estão expostas, e que faz com que as organizações identifiquem, avaliem e monitorem estes ambientes e gerenciem os riscos a que estão expostas. Os componentes são ambiente interno, fixação de objetivos, identificação de eventos, avaliação de riscos, resposta a risco, atividades de controles, informações e comunicações e monitoramento. Destes oito

componentes cinco já haviam sido apresentados no COSO I de 1992, como monitoramento, informação e comunicação, atividades de controle, avaliação do risco e ambiente interno.

Diante deste fato, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: **Qual o nível de evidenciação da gestão de riscos pela metodologia do COSO nos relatórios de administração das empresas listadas na BM&F Bovespa no segmento de bancos do ano de 2011?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Este estudo tem como objetivo geral avaliar o nível de evidenciação da gestão de riscos pela metodologia do COSO nos relatórios de administração das empresas listadas na BM&F Bovespa no segmento de bancos do ano de 2011.

1.2.2 Objetivos específicos

- Analisar os livros, legislação e demais documentos inerentes ao assunto abordado na pesquisa;
- Apresentar os componentes da metodologia do COSO na obra *Internal control – Integrated Framework*;
- Apresentar os componentes da metodologia do COSO na obra *Enterprise Risk Management – Integrated Framework*;
- Apresentar informações de gerenciamento e avaliação de riscos corporativos;
- Analisar o nível de evidenciação da gestão de riscos pela metodologia do COSO nos relatórios de administração das empresas listadas na BM&F Bovespa no segmento de bancos do ano de 2011.

1.3 JUSTIFICATIVA

Quando não há uma estrutura organizacional voltada ao gerenciamento de riscos corporativos, a falta desta pode ocasionar perdas irreparáveis para qualquer organização, por meio de fraudes ou erros, sendo intencionais ou não. Para tanto é fundamental a qualquer organização adotar e/ou implementar uma estrutura de gerenciamento de riscos, mediante uma estratégia adequada a cada estrutura organizacional, independente de porte e ramo de atividade.

Nesta pesquisa será utilizada a metodologia sugerida pelo “COSO”, o *Enterprise Risk Management – Integrated Framework*, ou COSO II, sendo que esse documento foi elaborado para auxiliar as organizações e orientá-las quanto à melhoria nos processos de governança corporativa e gerenciamento de riscos corporativos, por meio de uma metodologia de princípios e fundamentos sobre o tema, sendo então fundamental a sua utilização para, além das organizações atingirem suas estratégias e objetivos, elevar o valor econômico da organização mediante a redução da possível perda de ativos.

A adoção de um modelo de GRCorp (Gerenciamento de Riscos Corporativos), visa a permitir que a alta administração e demais gestores da organização lidem eficientemente com a incerteza, buscando um balanceamento ótimo entre desempenho, retorno e riscos associados conforme menciona o IBGC em sua obra Guia de Orientação para o Gerenciamento de Riscos Corporativos (2007, p. 11).

Adicionalmente o IBGC, descreve outros importantes benefícios na implantação de uma estrutura voltada ao gerenciamento de riscos corporativos (2007, p. 11):

- a) Preserva e aumenta o valor da organização, mediante a redução da probabilidade e/ou impacto de eventos de perda, combinada com a diminuição de custos de capital que resulta da menor percepção de risco por parte de financiadores e seguradoras e do mercado em geral;
- b) Promove maior transparência, ao informar aos investidores e ao público em geral os riscos aos qual a organização está sujeita, as políticas adotadas para sua mitigação, bem como a eficácia das mesmas;
- c) Melhora os padrões de governança, mediante a explicitação do perfil de riscos adotado, em consonância com o posicionamento dos acionistas e a cultura da organização, além de introduzir uma uniformidade conceitual em todos os níveis da organização, seu conselho de administração e acionistas.

Desse modo, entende-se que a implantação de uma estrutura de gerenciamento de riscos a partir da metodologia do COSO II, mostra-se como uma importante ferramenta para

preservar e agregar valor econômico a organização, contribuindo para a realização de seus objetivos e metas estabelecidas.

1.4 METODOLOGIA DA PESQUISA

Pode-se definir pesquisa como um procedimento racional, sistemático e reflexivo, baseado em métodos específicos, passíveis de reprodução, visando descobrir respostas a questionamentos propostos em qualquer área de conhecimento. (GIL, 2010; LAKATOS; MARCONI, 1991).

Quando existem dúvidas ou lacunas sobre determinada área, deve-se desenvolver uma pesquisa para obter melhores conhecimentos do assunto, de acordo com Asti Vera (1947 apud LAKATOS; MARCONI, 1990, p. 15),

[...] o significado da palavra pesquisa não parece ser muito claro, ou pelo menos, não é unívoco, pois há vários conceitos sobre este tema, nos diferentes campos do conhecimento humano. Para ele, o ponto de partida da pesquisa encontra-se no problema que se deverá definir, examinar, analisar criticamente, para depois ser tentada a solução.

Para descrever a fundamentação teórica realizou-se uma pesquisa bibliográfica, por meio de livros, artigos científicos, monografias, leis, sítios eletrônicos, manuais e Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

O homem, por sua natureza, sempre buscou evoluir e aperfeiçoar tudo aquilo que faz, fazendo com que uma organização avalie e elabore seus relatórios gerenciais, demonstrações contábeis, e o documento que será abordado nesta pesquisa, o relatório da administração, entre outros, na melhor apresentação possível aos usuários destas informações.

Desta forma, procurando analisar os RA das organizações listadas na BM&F Bovespa no segmento de bancos, este trabalho monográfico tem a finalidade de fazer uma pesquisa descritiva por meio da análise de documentos, que de acordo com Gil apud Beuren (2008, p.81)

A pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis. Uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Andrade (2004) apresenta que um trabalho é descritivo porque visa apenas analisar e interpretar os dados, não sendo feita nenhuma interferência nos acontecimentos por

conta do pesquisador. Esta pesquisa pretende apenas analisar e examinar as informações publicadas no ano de 2011, referente à evidenciação de riscos corporativos propostas pelo COSO II nos RA das empresas listada na BM&F Bovespa no segmento de bancos, ficando assim, enquadrado como uma pesquisa descritiva.

Em se tratando da forma como é abordado o problema, a pesquisa pode ser qualitativa ou quantitativa. No presente estudo, é utilizada a pesquisa quantitativa, que em conformidade com Richardson apud Beuren (2008, p.92)

A principal diferença entre uma abordagem qualitativa e quantitativa reside no fato de a abordagem qualitativa não empregar um instrumento estatístico como base do processo de análise do problema. Na abordagem qualitativa, não se pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas

A população desta pesquisa compreende as empresas do segmento de bancos que possuem suas ações listadas na BM&F Bovespa, totalizando 27 empresas consultadas no *site* da BM&F Bovespa. Foi excluída a empresa Banco Patagônia por não apresentar o Relatório de administração referente ao ano 2011 abordado nesta pesquisa, então, tem-se o total 26 bancos que possuem ações negociadas na BM&F Bovespa e que farão parte da nossa base de dados.

Nesta pesquisa utilizamos a metodologia de classificação dos RA quanto à evidenciação de riscos corporativos propostos pelo COSO II desenvolvida pela professora Dra. Ilse Maria Beuren, professora da Universidade Regional de Blumenau (FURB) e pelo Dr. Vinícius Costa da Silva Zonatto, no artigo publicado na revista Contexto de Porto Alegre no 1º semestre de 2012, onde foi abordado a evidênciação de riscos corporativos propostos pela metodologia do COSO II em empresas brasileiras com emissão de ADR na Bolsa de valores de New York.

A classificação quanto à evidenciação dos riscos corporativos propostos pelo COSO II é apresentada no quadro 05 abaixo:

Quadro 05: Classificação dos RA quanto à evidência de riscos propostos pelo COSO II

Classificação	Parâmetros Considerados
Informação Completa Longa - ICL	De 91% a 100%
Informação Completa Média - ICM	De 81% a 90,99%
Informação Completa Curta - ICC	De 71% a 80,99%
Informação Incompleta Longa - IIL	De 47,66% a 70,99%
Informação Incompleta Média - IIM	De 24,32% a 47,65%
Informação Incompleta Curta - IIC	De 01% a 24,31%
Informação Inexistente - II	-

Fonte: Beuren e Zonatto (2012, p. 75)

Segundo Beuren e Zonatto (2012) “foi considerado um relatório completo quanto à evidenciação da gestão de riscos, aquele que possui a evidenciação de pelo menos 71% das características básicas recomendadas (ou estabelecidas) pelo coso. a subdivisão da classificação das informações consideradas completas em informação completa longa, completa média ou completa curta ocorreu por meio da variação decimal de 10% (um terço do total, ou seja, 30%)”.

Com relação ao estabelecimento das características básicas dos ambientes de controle observadas nos relatórios pesquisados, essas foram definidas mediante as recomendações do COSO ERM, para a gestão de riscos em ambientes de controle (Beuren e Zonatto, 2012, p. 75). Os oito ambientes ou componentes de controle definidas pela metodologia do COSO ERM foram definidos conforme o Quadro 06.

Quadro 06: Variáveis consideradas pela metodologia do COSO II por ambiente

Características Básicas Observadas	Variáveis Consideradas
1. Ambiente interno (ou de controle)	
1.1 Estrutura formalmente definida	Estrutura organizacional, conselho de administração.
1.2 Política de controle interno	Integridade, valores éticos, atribuição de autoridade e responsabilidade.
1.3 Política de gestão de riscos	Filosofia de gerenciamento de riscos, predisposição a riscos.
1.4 Política de gestão de pessoas	Normas de recursos humanos, compromisso com a competência.
2. Definição (ou fixação) de objetivos	
2.1 Objetivos estratégicos	Administração de riscos como uma estratégia de negócio da empresa.
2.2 Objetivos de conformidade	Objetivos de atendimento a questões legais e de conformidade.

2.3 Objetivos de relatórios	Objetivos de gestão das informações do negócio da empresa.
2.4 Objetivos de operações	Objetivos de eficiência e eficácia das operações da empresa.
3. Identificação de riscos	
3.1 Riscos estratégicos	
3.2 Riscos de mercado	
3.3 Riscos de crédito	
3.4 Riscos de liquidez	
3.5 Riscos operacionais	
3.6 Riscos legais	
3.7 Riscos imagem	
3.8 Riscos financeiros	
4. Avaliação de riscos	
4.1 Evidenciação da avaliação de riscos inerentes e/ou riscos residuais	Abordagem de riscos em inerentes e/ou residuais.
4.2 Evidenciação da probabilidade e/ou impacto	Estimativa de probabilidade de ocorrência e/ou impacto dos riscos a que a entidade esta exposta.
4.3 Comparação com benchmarking	Abordagem comparativa com resultados de outras empresas do setor.
4.4 Utilização de modelos probabilísticos	Valor em risco (Value-at-risk ou Var), fluxo de caixa em risco, receitas em risco e distribuições de prejuízo operacional e de crédito.
4.5 Utilização de modelos não probabilísticos	Medições de sensibilidade, testes de estresse e análises de cenários.
5. Resposta aos riscos	
5.1 Evitar	Abordagem de formas como a empresa evita riscos.
5.2 Reduzir	Abordagem de formas como a empresa reduz riscos.
5.3 Compartilhar	Abordagem de formas como a empresa compartilha riscos.
5.4 Aceitar	Abordagem de formas como a empresa aceita riscos.
6. Atividades de controle	
6.1 Administração funcional direta ou de atividade	Monitoramento direto de atividades, acompanhamento de recomendações, auditoria de processos e operações.
6.2 Processamento da informação	Atividades de avaliação/controle das informações geradas na empresa.
6.3 Liberação de acessos	Segregação de funções.

6.4 Revisão de procedimentos	Avaliação de processos, controles, normas e procedimentos internos.
6.5 Controles físicos	Modelos de gestão, sistemas de gestão.
6.6 Indicadores de desempenho	Avaliação de desempenho, indicadores financeiros.
7. Informação e comunicação	
7.1 Diretivas de informação	Geração da informação, análise e delegação de responsabilidades.
7.2 Responsável pela informação	Unidade responsável pela geração e administração das informações.
7.3 Diretivas de comunicação	Acompanhamento, análise, aprovação e divulgação das informações.
7.4 Responsável pela divulgação	Unidade responsável pela divulgação das informações.
7.5 Informações divulgadas	Informações, notas divulgadas, notícias.
8. Monitoramento	
8.1 Atividades de monitoramento	Ações de monitoramento de atividades.
8.2 Avaliações independentes	Avaliação externa ou independente.
8.3 Relatos de deficiência	Evidenciação de situações de risco.
8.4 Responsável pelo monitoramento	Unidade responsável pelo monitoramento das atividades.

Fonte: Beuren e Zonatto (2012, p. 75-76)

O COSO II ou COSO ERM, possui em seu documento oito ambientes de controles dos quais estão apresentados no quadro 06. Este que fora elaborado pela Dra. Ilse Maria Beuren e pelo Dr. Vinícius Costa da Silva Zonatto e que apresenta as características básicas recomendadas pelo COSO.

1.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Ao abordar as práticas e mecanismos capazes de contribuir para a melhora da gestão das organizações, a presente pesquisa tem como foco central os componentes de avaliações e gerenciamento de riscos corporativos propostos pelo COSO II, por meio do seu documento emitido em 2004 encomendado à PricewaterhouseCoopers, o *Enterprise Risk Management – Integrated Framework*.

A pesquisa limita-se com base nos RA de empresas listadas na BM&F Bovespa e no segmento de bancos do ano de 2011 e se estas apresentam os gerenciamentos de riscos recomendadas pelo COSO II.

1.6 ESTRUTURA DO TRABALHO

O presente trabalho de pesquisa segue uma capitularização dividida em três capítulos de referência e um com as conclusões em relação à pesquisa.

O primeiro capítulo introduz ao tema da pesquisa, define o problema, a justificativa, os objetivos gerais e específicos e trata da metodologia do trabalho. Esta pesquisa utilizou-se de livros, artigos, documentos, relatórios e legislação sobre o tema, entre outras fontes de pesquisa.

O capítulo seguinte trata da fundamentação teórica por meio de características e conceitos sobre a auditoria das demonstrações financeiras, com implicações sobre auditoria externa e interna, controles internos, governança corporativa e tendo como último tópico deste capítulo as metodologias abordadas pelo COSO. Neste capítulo analisar-se-á detalhadamente o gerenciamento de riscos corporativos, e suas recomendações de utilização pelas organizações privadas e públicas.

O terceiro capítulo foi esboçado as discussões dos resultados obtidos com esta pesquisa.

Contudo, no último capítulo foram apresentadas as considerações finais, pontos relevantes e conclusivos, e por fim, sugestões a futuros estudos acerca do tema: gerenciamento de riscos corporativos.

E por fim, são apresentadas as referências que foram objeto de consulta para a elaboração desta pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Para melhor entendimento da presente pesquisa, apresentam-se neste capítulo os aspectos relacionados à conceituação e abrangência da Auditoria Contábil, dos Controles Internos e de Governança Corporativa. Bem como os aspectos gerais sobre as metodologias do COSO I, apresentando a estrutura de controles internos e do COSO II, sobre os aspectos relacionados ao gerenciamento de riscos corporativos, foco desta pesquisa.

2.1 AUDITORIA CONTÁBIL

A auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado (ATTIE, 1998).

É uma atividade independente da estrutura organizacional das empresas, tanto auditoria interna quanto externa, tem de executar suas atividades independentes aos processos das empresas, pois estas têm como principal objetivo avaliar a eficiência e eficácia dos controles internos, e se os registros das operações estão sendo realizadas de maneira correta, pois elas se valem de todos os meios de prova que possuem ao seu alcance, pois posteriormente elas têm de emitir uma opinião ou conclusão sobre o seu trabalho.

A técnica de auditoria contábil pode ser executada por duas vias, sendo a auditoria interna e a auditoria externa. A auditoria interna e a auditoria externa, embora operando em diferentes graus de profundidade, possuem interesses em comum e daí à conexão existente no trabalho de ambas. Os exames são efetuados geralmente pelos mesmos métodos, diferenciando-se apenas quanto à sua extensão. Por esta razão o trabalho das duas auditorias deve ser coordenado de tal modo que seus programas impeçam a execução de tarefas repetitivas.

Portanto, as atividades executadas pelos auditores internos e externos possuem suas diferenças básicas, como:

Quadro 01: Principais diferenças entre auditoria interna e externa

Auditoria interna	Auditoria externa
A auditoria é realizada por um funcionário da empresa.	A auditoria é realizada através da contratação de um profissional independente
O objetivo principal é atender as necessidades da administração.	O objetivo principal é atender as necessidades de terceiros que diz respeito à fidedignidade das informações financeiras.
A revisão das operações e do controle interno é principalmente realizada para desenvolver aperfeiçoamento e para induzir ao cumprimento de políticas e normas sem estar restrito aos assuntos financeiros.	A revisão das operações e do controle interno é principalmente realizada para determinar a extensão do exame e a fidedignidade das demonstrações financeiras.
O trabalho é subdividido em relação às áreas operacionais e às linhas de responsabilidade administrativa.	O trabalho é subdividido em relação às principais contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado.
O auditor diretamente se preocupa com a interceptação e prevenção de fraude.	O auditor incidentalmente se preocupa com a interceptação e prevenção de fraude, a não ser que haja possibilidade de substancialmente afetar as demonstrações financeiras.
O auditor deve ser independente em relação às pessoas cujo trabalho ele examina, porém subordinado às necessidades e desejos da alta administração.	O auditor deve ser independente em relação à administração, de fato e de atitude mental.
A revisão das atividades da empresa é contínua.	O exame das informações comprobatórias das demonstrações financeiras e periódicas, geralmente anual.

Fonte: William Attie, Auditoria: Conceitos e Aplicações (1984, p. 55)

Mesmo contendo diferenças em suas atividades tanto a auditoria interna quanto a auditoria externa ou independente auxiliam as empresas na melhoria contínua de seus processos e sistemas de controles internos, bem como na adequação às melhores práticas de governança corporativa e na avaliação de riscos corporativos.

A Auditoria Independente é um dos componentes de controle que se vale uma organização e está inserida dentro do contexto do sistema de governança corporativa, e na visão de Álvares, Giacometti e Gusso (2008, p. 153) no que tange a auditoria independente:

A auditoria independente é uma atividade que utiliza procedimentos técnicos específicos, com a finalidade de zelar pela fidedignidade e confiabilidade das informações constantes das demonstrações financeiras e suas notas explicativas emitidas pela empresa. Evita-se, assim, que eventuais omissões ou distorções de informações possam influenciar negativamente na qualidade de decisões tomadas com base nessas demonstrações.

Sendo a auditoria independente ou externa um órgão de entendimento, avaliação e teste quanto aos processos e sistemas de controles internos, verificando se estes são confiáveis a ponto das demonstrações financeiras apresentarem os saldos com a real situação econômica financeira das empresas.

2.1.1 Conceito e definições de auditoria

A auditoria contábil é uma técnica própria para mensurar a adequação e confiabilidade dos registros contábeis e das demonstrações financeiras das empresas auditadas, esta que consiste no exame de livros contábeis, documentos e registros, inspeções, obtenção de informações externas e internas, questionamentos aos responsáveis pela administração e diretoria executiva, obedecendo às normas de auditoria e contabilidade aplicáveis.

Segundo Franco e Marra (2009, p.28)

[...] a técnica contábil que – através de procedimentos específicos que lhe são peculiares, aplicados no exame de registros e documentos, inspeções, e na obtenção de informações e confirmações, relacionados com o controle de uma entidade – objetiva obter elementos de convicção que permitam julgar se os registros contábeis foram efetuados de acordo com os princípios fundamentais e normas de contabilidade e se as Demonstrações Contábeis deles decorrentes refletem adequadamente a situação econômico-financeira do patrimônio, os resultados do período administrativo examinado e as demais situações nelas demonstradas.

Ela se distingue da contabilidade, portanto, embora constitua umas das partes desta, pois constitui a técnica por ela utilizada para confirmar a veracidade dos registros contábeis, que é o principal meio de que se vale a contabilidade para alcançar seu fim. (Franco e Marra 2009).

2.1.2 Objeto e fins da auditoria

O objeto da auditoria é o conjunto de todos os elementos de controle do patrimônio administrado, os quais compreendem registros contábeis, papéis, documentos, fichas, arquivos e anotações que comprovem a veracidade dos registros e a legitimidade dos atos da administração. Bem como sua sinceridade na defesa dos interesses patrimoniais (Franco e Marra, 2009).

A auditoria pode também, no decorrer do seu exame obter informações de saldos e transações externas às empresas, como é o caso do procedimento de circularização, que pode ser com saldos a receber de clientes, saldos a pagar a fornecedores, transações com partes relacionadas e conforme definido no plano de auditoria até mesmo estoques em poder de terceiros podem ser confirmados externamente, bem como outros saldos em que a companhia possui e que pode ser escopo para obter a confirmação externa. Estas informações adquiridas externamente geralmente oferecem melhores características de segurança e credibilidade do que aquelas obtidas internamente dentro da própria empresa auditada.

Segundo Franco e Marra (2009, p.31)

Como vemos, o fim principal da auditoria é a confirmação dos registros contábeis e conseqüentes demonstrações contábeis. Na consecução de seus objetivos ela contribui para confirmar os próprios fins da contabilidade, pois avalia adequação dos registros, dando à administração, ao fisco e aos proprietários e financiadores do patrimônio a convicção de que as demonstrações contábeis refletem, ou não, a situação do patrimônio em determinada data e suas variações em certo período.

Podemos observar que a auditoria visa emitir uma opinião ou conclusão sobre a veracidade dos saldos contábeis em determinada data de apresentação das demonstrações financeiras, mas antes da emissão do relatório de auditoria, o auditor realiza uma análise nos sistemas de controles internos e se terá confiança nos controles internos da empresa auditada, pois isto será de grande validade para a determinação dos riscos identificáveis.

Após análise dos controles internos e identificação de riscos o auditor emite uma carta de controles internos auxiliando a empresa auditada a identificar suas falhas e riscos, e sugere com esta uma melhoria nos processos internos, com o propósito de a empresa mitigar estes riscos e que possa apresentar uma demonstração financeira longe do risco de distorção relevante.

2.1.3 Organizações obrigadas a contratar auditoria contábil

Segundo Franco e Marra (2009, p. 53) as empresas que atualmente estão sujeitas à auditoria independente são:

- Bancos comerciais;
- Bancos de investimentos;
- Fundos de investimentos em condomínio;
- Sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários;
- Todas as demais entidades financeiras sujeitas à fiscalização de Banco Central do Brasil;

- Bolsas de Valores;
- Companhias Abertas e as que emitirem títulos negociáveis no Mercado de Capitais, incluídas suas demonstrações contábeis consolidadas;
- Sociedades seguradoras;
- Empresas beneficiárias de incentivos fiscais (SUDENE, SUDAM, etc);
- Empresas que operem com recursos do Sistema Financeiro da Habitação;
- Entidades de Previdência Privada (abertas e fechadas);
- Empresas de Leasing ou Arrendamento mercantil;
- Operadoras de consórcio e
- Operadoras de planos de Assistência à Saúde.

Conforme objeto desta pesquisa onde analisamos os RA das empresas de capital aberto que possuem ações negociadas em bolsa de valores do segmento de bancos, verificamos que estas possuem a obrigatoriedade de contratar auditoria externa para emitir opinião sobre suas demonstrações financeiras, conforme mencionado pela Lei das S.A. em seu artigo 294 (art. 294, Lei 11.638).

As empresas de auditoria analisam se os controles internos, tanto os controles no nível da administração (COSO I) quanto dos controles operacionais, e se estes mitigam os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras e a empresa se adapta a estas análises de sua auditoria externa incorporando em suas operações os controles necessários para mitigar os riscos corporativos identificados.

Portanto, estas empresas além de serem obrigadas a contratar auditoria independente, se utilizam dos trabalhos dos auditores para incorporar em suas atividades de gerenciamento de riscos corporativos.

2.2 CONTROLE INTERNO

Toda e qualquer organização, seja ela privada ou pública preocupa-se em obter a excelência em suas operações internas, ao menos deveria se preocupar, pois com uma boa eficiência em seus processos internos, adicionalmente, a organização elevaria sua competitividade e atingiria suas metas e objetivos com maior facilidade.

Segundo Dias (2003, p.1)

Uma atividade de avaliação independente de assessoramento à alta gestão da empresa, que visa à avaliação dos sistemas de controle envolvidos e verificação dos procedimentos e das normas alocados no desenvolvimento do negócio exercido, atentando para o desempenho operacional e para a

eficácia obtida por suas áreas produtivas, considerando planos de metas, macroobjetivos e políticas definidas pela organização.

De acordo com a definição exposta acima, acrescenta-se que a aplicação dos controles internos em determinada organização deve apoiar-se com base no respeito às políticas internas pré-definidas, pois ela é responsável pelo levantamento dos processos e controles adotados para sua execução, na proteção dos ativos e na promoção da eficiência operacional.

Segundo Castro (2008, p. 55), o controle interno é a peça chave para a auditoria

[...] O controle interno é importante para os gestores e os auditores. Razão pela qual, o principal papel de uma auditoria interna é garantir, para os dirigentes da entidade, que os controles internos estão funcionando adequadamente. Quanto maior o risco e a incerteza, mais importante será a verificação sobre o funcionamento adequado dos controles internos. Desta forma, não há como dissociar o controle interno da ação de administrar ou gerenciar.

Segundo o Comitê de Procedimentos de Auditoria do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados (AICPA), apud Crepaldi (2007, p. 269) define controle interno como:

O controle interno compreende o plano de organização e o conjunto ordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promoverem a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração.

Para Almeida (1996, p.50), “o controle interno representa em uma organização o conjunto de procedimentos, métodos ou rotinas com os objetivos de proteger os ativos, produzir dados contábeis confiáveis e ajudar a administração na condução ordenada dos negócios da empresa”

O Instituto de Auditores Internos do Brasil, Audibra (1992, p.48), apresenta:

[...] controles internos devem ser entendidos como qualquer ação tomada pela administração (assim compreendida tanto a Alta Administração como os níveis gerenciais apropriados) para aumentar a probabilidade de que os objetivos e metas estabelecidas sejam atingidos. A Alta Administração e a gerência planejam, organizam, dirigem e controlam o desempenho de maneira a possibilitar uma razoável certeza de realização.

Verifica-se então que controle interno é toda medida tomada pela organização para aumentar a possibilidade de que seus objetivos e metas sejam alcançados, bem como

aplicar de princípios e boas práticas de governança corporativa. Tais medidas objetivam proporcionar segurança e confiabilidade aos registros contábeis, promover o alcance dos objetivos operacionais de forma eficiente e encorajar a aderência às políticas, aos procedimentos e aos planos estabelecidos pela organização.

2.2.1 Princípios do controle interno

A implantação de um sistema de controle interno ou mesmo a revisão e o aprimoramento de um sistema já existente é uma atividade complexa, que requer a observância de algumas diretrizes básicas.

Segundo Oliveira e Silva (2009, p.78):

Primeira: Cada empresa deverá desenvolver seu próprio sistema de controles.

Segunda: Por melhor que seja, nenhum sistema de controles poderá compensar ou neutralizar as incompetências dos executivos da empresa.

Terceira: Complexidade dos sistemas de controles internos não representa garantia de eficácia e eficiência.

Quarta: Devem se fixados prazos realistas e exequíveis no processo de implantação do sistema de controles.

Quinta: É decisiva a participação das pessoas na implantação ou aprimoramento dos controles internos e na futura manutenção e operacionalização sistêmica.

Sexta: Sistemas complexos e impraticáveis são inúteis.

Sétima: No processo de implantação ou reformulação devem ser consideradas também as perspectivas futuras da empresa.

Por representar um instrumento administrativo que alicerça toda estrutura organizacional, de modo a permitir um melhor entendimento de seu funcionamento como também uma avaliação da sua execução alguns princípios devem ser observados com cuidado.

Segundo Chiavenato (2000, p.58):

Princípio do Objetivo – O controle deve contribuir para o alcance dos objetivos da empresa por meio da indicação dos erros ou falhas em tempo adequado para permitir a ação corretiva oportuna. Porém, o controle deve proporcionar as devidas correções para que não ocorram desvios em relação aos objetivos fixados;

Princípio da Definição dos Padrões – O controle deve basear-se em padrões bem definidos. Geralmente os padrões são definidos no planejamento, ou seja, antes da execução dos trabalhos e devem servir de critério para o futuro desempenho;

Princípio da Exceção – Este princípio foi formulado por Taylor, que achava que a atenção do administrador não deve fixar-se demais sobre as coisas que

andam bem. O administrador precisa estar atento para as coisas que andam mal, ou seja, para as exceções. Diz este princípio que o controle deve concentrar-se sobre as situações excepcionais, isto é, sobre os desvios ou variações mais sérias e não sobre as situações normais que ocorrem dentro dos padrões estabelecidos;

Princípio da Ação – O controle somente se justifica quando proporciona ação corretiva adequada sobre as falhas ou desvios apontados. O controle deve acionar alguma coisa sempre que ocorra variação em relação ao padrão. È exatamente para isto que existe o controle: Provocar ação corretiva para restabelecer o desempenho dentro do padrão fixado, sempre que necessário.

2.2.2 A importância do controle interno nas organizações

De acordo com Migliavacca (2002), a importância do controle interno nas atividades das empresas se baseia na função de salvaguardar seus ativos, o desempenho do negócio e resultado de suas operações, o que leva a aumentar o valor da entidade.

A organização é responsável pela elaboração do sistema de controle interno e posteriormente pela verificação do seu cumprimento. O aprimoramento e a verificação de um adequado controle interno são utilizados para o bom desenvolvimento das atividades desenvolvidas em todos os setores da organização, na busca para atingir os resultados mais favoráveis com menores desperdícios.

A estrutura organizacional das empresas, principalmente as grandes empresas são, em sua maioria bastante complexas e com um número significativo de operações, e para ter o controle das operações eficientemente, a administração necessita de relatórios e análises fidedignos e que reflitam a real situação econômica financeira da organização, pois essa mesma administração possui a responsabilidade pela prevenção ou descoberta de erros ou fraudes. Por isso a importância de um sistema de controle interno adequado é indispensável para a execução correta dessa responsabilidade.

A organização tendo um sistema de controle interno bem definido e atuando de forma ativa na verificação dos cumprimentos deste, faz com que ela se proteja contra as fraquezas humanas, pois isto possibilita a redução ou o controle sobre erros ou tentativas de ocorrência de fraude na organização, bem como promove a sua eficiência operacional.

2.3 GOVERNANÇA CORPORATIVA

A nomenclatura designada governança corporativa vem da expressão inglesa corporate governance e conforme OCDE (1999), organização para cooperação e

desenvolvimento econômico, a governança corporativa é definida como o conjunto de relações entre a administração de uma empresa, seu conselho de administração, seus acionistas e outras partes interessadas. Também proporciona a estrutura que define objetivos da empresa, como atingi-los e a fiscalização do seu desempenho.

Segundo o Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa do IBGC (2009, p. 19), define governança corporativa como:

Governança corporativa é o sistema pela qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, Conselho de Administração, Diretoria e órgãos de controle. As boas práticas de Governança Corporativa convertem princípios em recomendações objetivas, alinhando interesses com a finalidade de preservar e otimizar o valor da organização, facilitando seu acesso a recursos e contribuindo para sua longevidade.

A CVM possui a seguinte definição: “Governança Corporativa é o conjunto de práticas que tem por finalidade aperfeiçoar o desempenho de uma companhia, ao proteger todas as partes interessadas como, investidores, empregados e credores, facilitando o acesso ao capital”.

As boas práticas de governança corporativa visam a apresentar as partes interessadas a qualquer organização princípios como transparência (*Disclosure*), criando um clima de confiança, tratamento igual e justo a todos os acionistas, independente da quantidade de cotas, o Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Auditoria Interna e demais órgãos de controle devem apresentar seus resultados de sua atuação, reforçando o aspecto de transparência definido no sistema de governança corporativa.

Segundo o IBGC, que em 2009 revisou o seu código das melhores práticas de governança corporativa, este define como princípios básicos de governança corporativa, os apresentados no quadro abaixo:

Quadro 2: Princípios básicos de governança corporativa

Princípios	Relações com Investidores ou Acionistas
Transparência (<i>Disclosure</i>)	- Mais do que a obrigação de informar e o desejo de disponibilizar para as partes interessadas as informações que sejam de seu interesse e não apenas aquelas impostas por disposições de leis ou regulamentos. - A adequada transparência resulta em um clima de confiança, tanto internamente quanto nas relações da empresa com terceiros. Não devem restringir-se ao desempenho econômico-financeiro, contemplando também os demais fatores (inclusive intangíveis) que norteiam a ação gerencial e que conduzem a criação de valor.
Equidade	- Caracterizam-se pelo tratamento justo de todos os sócios e demais partes interessadas (stakeholders). Atitudes ou políticas discriminatórias, sob qualquer pretexto, são totalmente inaceitáveis.
Prestação de contas (<i>Accountability</i>)	- Os agentes de governança devem prestar contas de sua atuação, assumindo integralmente as conseqüências de seus atos e omissões.
Responsabilidade Corporativa	- Os agentes de governança devem zelar pela sustentabilidade das organizações, visando a sua longevidade, incorporando considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Fonte: IBGC (2009, p. 19)

2.3.1 A teoria de agência

Um aspecto interessante sobre o fenômeno conhecido como conflito de agência, é que este fenômeno ocorre em organizações com estruturas executivas não familiares, com um corpo diretivo formado por profissionais altamente capacitados, onde existe a separação entre propriedade e o controle de capital. Essa possibilidade de não participação do acionista no gerenciamento da empresa é bem representada pela sociedade por ações que limita a responsabilidade do acionista para com a organização de acordo com a quantidade de ações investidas por este. A teoria de agência se apresenta como um aspecto teórico voltado para análise das relações entre participantes de sistemas da governança corporativa, em que a propriedade ou os acionistas e o controle do capital ou agente são executados por membros distintos, dando espaço à formação de conflito resultante da existência de interesses individuais e diferenciados entre os eles.

Sendo um dos pontos principais da boa governança corporativa, este é um dos enfoques principais da governança corporativa, visto que os conflitos de agência se não forem controlados e resolvidos podem afetar diretamente a gestão, em conseqüência influenciar diretamente sobre o resultado da organização e o retorno do investimento ao acionista.

Conforme mostra Silveira, Barros e Famá (2002) o fluxograma dos principais movimentos ocorridos nas organizações entre os proprietários e os agentes, controladores do capital, que geram os conflitos de agência:

Figura 2: O conflito de agência dos gestores e a governança corporativa



Fonte: Silveira, Barros e Famá (2002).

Observa-se na figura a função do conselho de administração dentro do sistema de governança corporativa, que é o de permitir que a relação entre o acionista ou proprietário e os gestores não seja corrompida com interesses pessoais dos gestores, bem como outros conflitos de agência que possam impactar na maximização da riqueza gerada ao acionista.

Nesse sentido, Silva Junior (2006) apresenta que:

[...] a teoria da agência volta-se para a análise de como o indivíduo (o principal) estabelece um sistema de compensação (contrato) que motive outro indivíduo (o agente) a agir de acordo com o interesse do principal. Assim, tem-se uma situação em que as motivações entre o principal e o agente podem ser convergentes ou divergentes. Havendo convergência de interesses e motivações, ambos estarão alinhados e envolvidos em objetivos comuns, porém, havendo divergência de interesses e motivações, surgirão os conflitos que precisarão ser regulados e/ou controlados de alguma forma pelo principal.

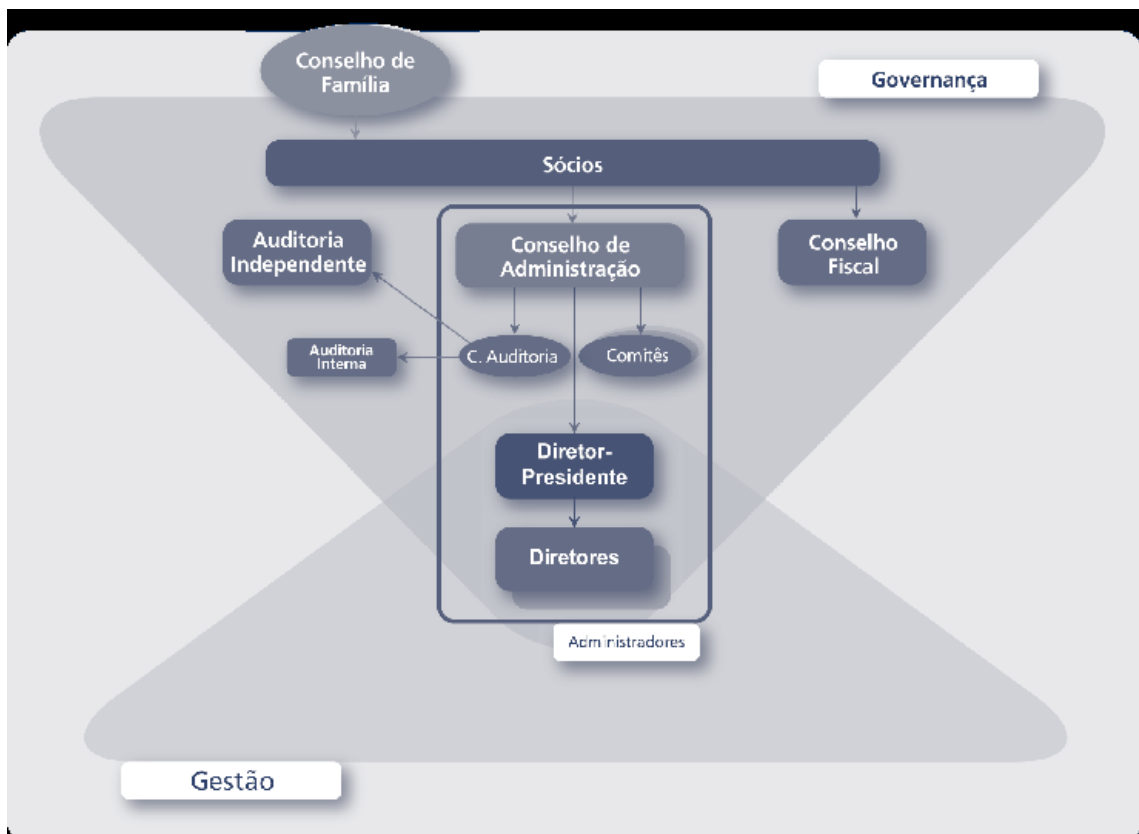
Para Camargos e Barbosa (2006), a questão do conflito de agência consiste no oportunismo de decisões dos diretores executivos que não visam à maximização do valor das ações. Nesse contexto, a boa prática de Governança Corporativa significaria a adoção de

mecanismos que forçassem os diretores executivos (não acionistas) a proteger os interesses dos acionistas.

2.3.2 Sistema de governança corporativa segundo o IBGC

O sistema de governança segundo o IBGC (2009) integra em seu modelo todas as partes interessadas da organização, como os sócios (proprietários), o conselho de administração, o conselho fiscal, auditoria independente, entre outros órgãos de controle, por meio de uma estrutura que cria uma relação direta entre todos, como pode ser observado na figura abaixo.

Figura 1: Sistema de Governança Corporativa



Fonte: Código das melhores práticas de governança corporativa (2009, p. 16)

Conforme podemos verificar na Figura 1, dentro do sistema de governança corporativa o conselho de administração ocupa importante destaque como órgão principal de ligação entre os Sócios (Proprietários) e os administradores (Diretor-Presidente e Diretores executivos), sendo este o centro do sistema de Governança Corporativa.

Segundo o IBGC (2009, p. 29), o conselho de administração é o “órgão colegiado encarregado do processo de decisão de uma organização em relação ao seu direcionamento estratégico, é o principal componente do sistema de governança. Seu papel é ser o elo entre a propriedade e a gestão para orientar e supervisionar e relação desta última com as demais partes interessadas”. Sendo o CA o guardião das estratégias da organização e definindo os melhores rumos do negócio.

Quanto à missão do CA o IBGC (2009, p. 29) apresenta que “A missão do Conselho de Administração é proteger e valorizar a organização, otimizar o retorno do investimento no longo prazo e buscar o equilíbrio entre os anseios das partes interessadas (shareholders e demais stakeholders), de modo que cada uma receba benefício apropriado e proporcional ao vínculo que possui com a organização e ao risco a que está exposta.”

O CA dentro de suas atribuições que lhe conferem os proprietários está a avaliação e evidenciação dos riscos corporativos, tema este que é foco desta pesquisa.

Na visão do IBGC (2009, p. 31) em relação ao gerenciamento de riscos corporativos, compete ao CA:

O Conselho de Administração deve assegurar-se de que a Diretoria identifica preventivamente – por meio de um sistema de informações adequado – e lista os principais riscos aos quais a organização está exposta, além da sua probabilidade de ocorrência, a exposição financeira consolidada a esses riscos (considerando sua probabilidade de ocorrência, o impacto financeiro potencial e os aspectos intangíveis) e as medidas e os procedimentos adotados para sua prevenção ou mitigação.

Resumindo, é atividade do CA acompanhar e monitorar a atuação dos administradores e se estes estão exercendo e atingindo os objetivos definidos pelos proprietários e não somente preocupados com os objetivos pessoais, tendo este controle impacto direto sobre o valor da companhia e o retorno que está confere aos seus proprietários e demais interessados.

2.3.3 Governança corporativa no Brasil

Segundo Matias (2007, p. 223), “a governança corporativa no Brasil ganhou importância devido ao processo de intensificação da globalização financeira nos anos 80 e às transformações econômicas ocorridas no país na década de 90”. Portanto, com o processo de globalização em função do aumento do número de investidores, sobretudo os estrangeiros, as empresas tiveram de adotar as práticas de governanças corporativas.

Na década de 90 o Brasil foi palco de uma mudança significativa de mercado, com a abertura da economia, privatizações de empresas públicas, estabilização da moeda, dentre outros movimentos marcantes que modificaram significativamente o cenário empresarial. Conseqüentemente ocorreu, naquela época, uma crescente demanda por parte dos investidores estrangeiros querendo aumentar seus investimentos e escolhendo o mercado brasileiro como uma alternativa de obter lucro. Dessa forma, o controle empresarial passa a ser compartilhado entre vários grupos nacionais e internacionais.

As mudanças foram impactantes para as relações entre investidores e administradores tendo como conseqüência no ano de 1995 com a criação do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, o IBGC, que tinha como objetivo disseminar e melhorar as práticas de Governança Corporativa no Brasil, tendo neste ano publicado o primeiro Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do país, tratando de temas como a relação entre controladores e minoritários e o funcionamento do Conselho de Administração.

Com o propósito de disseminar e apresentar as melhores práticas de GC a BM&F BOVESPA instituiu três níveis distintos de GC, em que suas exigências crescem gradativamente na adoção das práticas de governança corporativa. A criação dos níveis 1 e 2 e do novo mercado pela BOVESPA, segmentos estes que visa listar as empresas que apresentam diferentes padrões de governança, alinhadas as melhores práticas de governança corporativa, sendo a adesão voluntária, via contrato entre as partes.

2.4 COSO

Para auxiliar os estudos sobre as causas de fraudes nos relatórios financeiros e contábeis, foi criada em 1985, nos Estados Unidos, a *National Commission on Fraudulent Financial Reporting* (Comissão Nacional sobre Fraudes em Relatórios Financeiros), uma organização privada composta por representantes das principais associações de classe dos profissionais ligados a área financeira, cujo objeto principal de estudos foi os controles internos. (COSO, 2012).

O COSO é uma organização que por meio de suas ações viabiliza as operações das empresas através do desenvolvimento de um *framework* capaz de avaliar e melhorar aspectos ligados aos riscos das entidades (SCHMIDT e SANTOS, 2006).

Em 1992 o a Comissão publicou um documento voltado à análise e aplicação do sistema de controles internos, o *Internal Control – Integrated Framework* o qual tratamos

nesta pesquisa como COSO I, e após a publicação, a Comissão transformou-se no Comitê das Empresas Patrocinadoras (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) e a partir de então passou a ser denominada de “COSO”.

O objeto alvo desta pesquisa é verificar a evidenciação desenvolvida pela metodologia do “COSO”, principalmente a metodologia do COSO II que visa à identificação, avaliação e o gerenciamento de riscos corporativos nas empresas, bem como são apresentados os elementos de controles internos apresentados anteriormente pela metodologia do COSO I.

O COSO é formada por entidades representantes da indústria, de contadores, das empresas de investimento e pela NYSE (*New York Security Exchange*), bolsa de valores de New York. Sendo constituída sob a forma de uma entidade sem fins lucrativos e tendo como patrocinadoras cinco grandes associações de classe americanas ligadas a área financeira.

Segundo Pereira (2009, p. 121-122; COSO, 2012), as associações patrocinadoras são:

AICPA – American of Certified Public Accounts (Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados);

AAA – American Accounting Association (Associação Americana de Contadores);

FEI – Financial Executives International (Executivo Financeiro Internacional);

IIA – The Institute of Internal Auditors (Instituto dos Auditores Internos);

IMA – Institute of Management Accountants (Instituto dos Contadores Gerenciais).

O Comitê trabalha com independência, em relação as suas entidades patrocinadoras. Seus integrantes são representantes da indústria, dos contadores, das empresas de investimento e da Bolsa de Valores de New York.

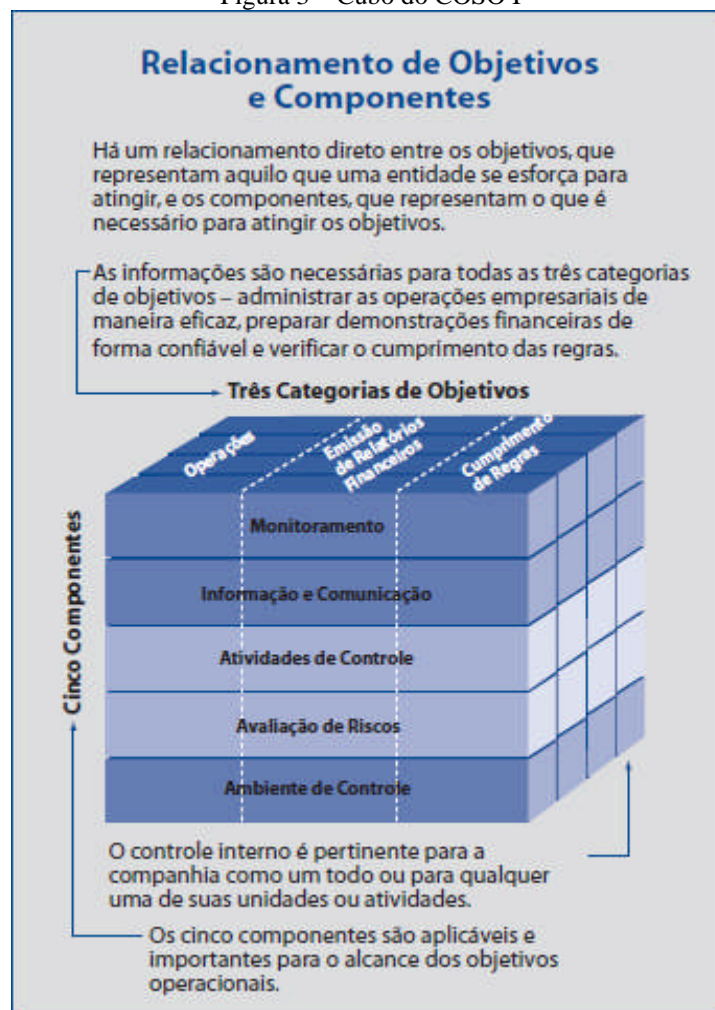
2.4.1 COSO I - Estrutura de controles internos

A metodologia do COSO I, tinha como princípio o de analisar e melhorar a efetividade dos controles internos, fornecendo subsídios para que a administração e demais interessados pudessem utilizar e avaliar um sistema de controle; era necessário estabelecer uma definição única de controle interno para que as partes envolvidas tivessem um parâmetro comum, com a finalidade de avaliação e melhoramento constante de seus sistemas (BARBOSA, PUGLIESE e SPECCHIO, 1999).

Para controlar melhor as atividades de diversas organizações, a metodologia do COSO I, apresenta a seguinte definição de controles internos: um processo conduzido pelo conselho de diretores, para todos os níveis de gerência e para outras pessoas da entidade, projetado para fornecer segurança razoável quanto à consecução de objetivos relacionados a três categorias, a primeira é a eficácia e eficiência das operações, a segunda, como sendo a confiabilidade de relatórios financeiros e a terceira e última é a conformidade com a legislação e regulamentos aplicáveis (BORGERTH, 2009, p. 38; PETERS, 2007, p. 7).

As três categorias de objetivos que tem como princípios avaliar a efetividade dos controles internos são apresentadas de uma forma tridimensional no cubo do COSO I, vide figura 3 abaixo:

Figura 3 – Cubo do COSO I



Fonte: Deloitte Touche Tohmatsu (2003, p.13)

As três categorias de objetivos dos controles internos podem ser entendidas da seguinte maneira (COSO, 2012):

- Eficiência e efetividade operacional: Refere-se a objetivos empresariais básicos de uma entidade, inclusive metas de desempenho e rentabilidade e proteção dos recursos;
- Confiança nos registros contábeis e financeiros: Refere-se à elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, inclusive demonstrações financeiras intermediárias e condensadas e dados financeiros selecionados derivados de tais demonstrações, tais como demonstrações de resultados publicadas;
- Conformidade com leis e regulamentações: Normativos aplicáveis à entidade e sua área de atuação no qual está sujeita.

Quanto aos componentes de controles internos definidos pelo COSO I, a estrutura divide os controles internos eficazes em cinco componentes inter-relacionados, com o objetivo de apoiar a administração no gerenciamento e supervisão de atividades que fazem parte de uma estrutura de controles internos, simplificando assim a sua tarefa como gestor.

Segundo Deloitte Touche Tohmatsu (2003, p.14) os cinco componentes do COSO

I são:

O Ambiente de Controle abrange toda a estrutura de controles internos – é o universo no qual todos os outros elementos existem. O Ambiente de Controle inclui conceitos como conduta, atitude, consciência, competência e estilo. Grande parte de sua força é extraída da conduta estabelecida pelo Conselho de Administração e pelos executivos da companhia.

Avaliação de Riscos envolve a identificação e a análise pela Administração dos riscos mais relevantes para a obtenção dos objetivos do negócio. No decorrer de uma avaliação de riscos, cada objetivo operacional, do nível mais alto (como “dirigir uma companhia lucrativa”) ao mais baixo (como “salvaguardar caixa”), é documentado e então cada risco que possa prejudicar ou impedir o alcance do objetivo é identificado e priorizado.

Atividades de Controle são desenvolvidas para direcionar especificamente cada objetivo de controle, visando atenuar os riscos identificados anteriormente. As atividades de controle são políticas, procedimentos e práticas adotados para assegurar que os objetivos operacionais sejam atingidos e as estratégias para atenuar riscos sejam executadas.

Informação e Comunicação fornecem suporte aos controles internos, transmitindo diretrizes do nível da administração para os funcionários, em um formato e uma estrutura de tempo que lhes permitem executar suas atividades de controle com eficácia. O processo também poderia percorrer o caminho inverso, partindo dos níveis mais baixos da companhia para a administração e para o Conselho de Administração, transmitindo as informações sobre os resultados, as deficiências e as questões geradas.

Monitoramento é o processo para estimar e avaliar a qualidade dos controles internos durante avaliações contínuas e especiais. O

monitoramento pode incluir tanto a supervisão interna quanto externa dos controles internos pela administração, pelos funcionários, ou pelas partes externas.

Contudo, para que os sistemas de controles internos funcionem, é necessário que cada um dos cinco componentes do sistema de controle esteja presente e funcionando adequadamente em relação a cada um dos três objetivos do negócio: eficácia e eficiência operacional, confiabilidade das informações financeiras e obediência (*compliance*) às normas, legislações e regulamentos (Moraes, 2003).

2.4.2 COSO II - Estrutura de gerenciamento de riscos corporativos

O “COSO” reconhecendo as recentes mudanças principalmente no que tange aos controles internos, viu que havia a necessidade de aperfeiçoamento do método do COSO I, e com a crescente preocupação em gerenciamento de riscos, foi que em 2001, iniciou um projeto juntamente com a PricewaterhouseCoopers, desenvolvendo uma estrutura que fosse diretamente utilizada no entendimento, avaliação e melhoria na gestão de riscos nas companhias, resultando em 2004 a apresentação do documento *Enterprise Risk Management – Integrated Framework* (Gerenciamento de Risco Empresarial – Estrutura Integrada), denominada de COSO II e sendo este uma evolução ao COSO I.

Segundo o COSO (2004, p.4) na definição de gerenciamento de riscos:

O gerenciamento de riscos corporativos é um processo conduzido em uma organização pelo conselho de administração, diretoria e demais empregados, aplicado no estabelecimento de estratégias, formuladas para identificar em toda a organização eventos em potencial, capazes de afetá-la, e administrar os riscos de modo a mantê-los compatível com o apetite a risco da organização e possibilitar garantia razoável do cumprimento dos seus objetivos.

Toda organização tem como finalidade gerar valor aos seus acionistas e outras partes interessadas, e dentro de suas operações diariamente enfrentam incertezas e desafios, e estes precisam ser muito bem gerenciados até o ponto de aceitar ou não as incertezas e os desafios. Neste ponto o COSO (2004, p. 3) diz que o gerenciamento de riscos corporativos possibilita aos administradores tratar com eficácia as incertezas, bem como os riscos e as oportunidades a elas associadas, a fim de melhorar a capacidade de gerar valor.

Segundo o COSO (2004, p. 3) o valor é maximizado quando a organização estabelece estratégias e objetivos para alcançar o equilíbrio ideal entre as metas de

crescimento e de retorno de investimentos e os riscos a elas associados, e para explorar os seus recursos com eficácia e eficiência na busca dos objetivos da organização.

No quadro 03 apresentam-se as finalidades de gerenciamento de riscos corporativos, de acordo com o COSO:

Quadro 03: Finalidades do gerenciamento de riscos corporativos

Alinhar o apetite a risco com a estratégia adotada	Os administradores avaliam o apetite a risco da organização ao analisar as estratégias, definindo os objetivos a elas relacionados e desenvolvendo mecanismos para gerenciar esses riscos.
Fortalecer as decisões em resposta aos riscos	O gerenciamento de riscos corporativos possibilita o rigor na identificação e na seleção de alternativas de respostas aos riscos - como evitar, reduzir, compartilhar e aceitar os riscos.
Reduzir as surpresas e prejuízos operacionais	As organizações adquirem melhor capacidade para identificar eventos em potencial e estabelecer respostas a estes, reduzindo surpresas e custos ou prejuízos associados.
Identificar e administrar riscos múltiplos entre empreendimentos	Toda organização enfrenta uma gama de riscos que podem afetar diferentes áreas da organização. A gestão de riscos corporativos possibilita uma resposta eficaz a impactos inter relacionados e, também, respostas integradas aos diversos riscos.
Aproveitar oportunidades	Pelo fato de considerar todos os eventos em potencial, a organização posiciona-se para identificar e aproveitar as oportunidades de forma proativa.
Otimizar o capital	A obtenção de informações adequadas a resposta de riscos possibilita à administração conduzir uma avaliação eficaz das necessidades de capital como um todo e aprimorar a alocação desse capital.

Fonte: COSO (2004, p. 3)

As finalidades do gerenciamento de riscos corporativos auxiliam os administradores a atingir as metas de desempenho e a obter o retorno do investimento pela geração de lucro, e evitam a perda de recursos. Como bem avalia o COSO (2004, p. 3) o gerenciamento de riscos corporativos contribui para assegurar comunicação eficaz e o cumprimento de leis e regulamentos, bem como evitar danos à reputação da organização e suas conseqüências. Em suma, o gerenciamento de riscos corporativos ajuda a organização a atingir seus objetivos e a evitar os perigos e surpresas em seu percurso.

Foi então que o COSO estabeleceu uma estrutura com oito componentes de gerenciamento de riscos corporativos, onde existe uma relação direta entre os objetivos que

uma organização deseja alcançar e os componentes de gerenciamento de riscos corporativos. Esta, que representa nada mais que o que a organização necessita para alcançar seus objetivos. Como demonstra a figura 4.

Figura 4 – Matriz tridimensional do COSO II



Fonte: COSO (2004, p.23)

Podemos observar na figura 4 onde os quatro objetivos (Estratégico, operacional, comunicação e conformidade), que a organização empenha-se em alcançar, os oito componentes de gerenciamento de riscos corporativos, representados pelas colunas verticais e que representam aquilo que é necessário para o seu alcance, e na terceira dimensão as unidades de uma organização, são interligados em forma de uma estrutura tridimensional.

Os oito componentes de gerenciamento de riscos corporativos são assim definidos pela metodologia do COSO (2004, p. 6) como:

Quadro 04: Componentes do gerenciamento de riscos corporativos

<p>Ambiente interno – O ambiente interno compreende o tom de uma organização e fornece a base pela qual os riscos são identificados e abordados pelo seu pessoal, inclusive a filosofia de gerenciamento de riscos, o apetite a risco, a integridade e os valores éticos, além do ambiente em que estes estão.</p>	<p>Resposta a risco – A administração escolhe as respostas ao risco, evitando, aceitando, reduzindo ou compartilhando – desenvolvendo uma série de medidas para alinhar os riscos com a tolerância e com o apetite ao risco.</p>
<p>Fixação de objetivos - As metas devem existir antes que a administração possa identificar os eventos em potencial que poderão afetar a sua realização. O gerenciamento de riscos corporativos assegura que a administração disponha de um processo implementado para estabelecer os objetivos que propiciem suporte e estejam alinhados com a missão da organização e sejam compatíveis com o seu apetite a riscos.</p>	<p>Atividades de controle – Políticas e procedimentos são estabelecidos e implementados para assegurar que as respostas aos riscos sejam executadas com eficácia.</p>
<p>Identificação de eventos – Os eventos internos e externos que influenciam o cumprimento dos objetivos de uma organização devem ser identificados e classificados entre riscos e oportunidades. Essas oportunidades são canalizadas para os processos de estabelecimento de estratégias da administração ou de seus objetivos.</p>	<p>Informação e comunicação – As informações relevantes são identificadas, colhidas e comunicadas de forma e no prazo que permitam que cumpram suas responsabilidades. A comunicação eficaz também ocorre em um sentido mais amplo, fluindo em todos os níveis da organização.</p>
<p>Avaliação de riscos – os riscos são analisados, considerando-se a sua probabilidade e o impacto como base para determinar o modo pelo qual deverão ser administrados. Esses riscos são avaliados quanto a sua condição de inerentes e residuais.</p>	<p>Monitoramento – A integridade da gestão de riscos corporativos é monitorada e são feitas as modificações necessárias. O monitoramento é realizado através de atividades gerenciais contínuas ou avaliações independentes ou de ambas as formas.</p>

Fonte: COSO (2004, p. 6)

De acordo com Beuren e Zonatto (2012, p. 74) o gerenciamento de riscos corporativos está relacionado com a estrutura das atividades específicas de cada organização. Os ambientes de controle e, por consequência, o controle das atividades poderão diferir de uma empresa para outra, por dependerem do perfil do administrador, da estrutura da organização ou das peculiaridades da atividade das empresas.

Após a organização estabelecer e estruturar um sistema de gestão de riscos, assim definindo as atividades de controle a que a companhia está inserida e que melhor representam a sua estrutura corporativa e operacional, a companhia, de acordo com a metodologia do

COSO poderá escolher os instrumentos de controles que melhor lhe são utilizáveis para o gerenciamento de riscos a que possui exposição.

2.4.2.1 Conceito de risco

Conforme Cocorullo (2004), risco é a possibilidade de algo não dar certo ou de acontecer algum imprevisto capaz de mudar o rumo dos acontecimentos. Todos estão convivendo com riscos de todo o tipo, dimensão e natureza.

Segundo o IBGC (2007, p. 11) o termo risco é proveniente da palavra *risicu* ou *riscu*, em latim, que significa ousar (*to dare*, em inglês). Costuma-se entender “risco” como possibilidade de “algo não dar certo”, mas seu conceito atual envolve a quantificação e qualificação da incerteza, tanto no que diz respeito às “perdas” como aos “ganhos”.

Risco, de acordo com Paxson e Wood (1998 p. 159):

[...] pode simplesmente ser definido como exposição à mudança. É a probabilidade de que algum evento futuro ou um conjunto de eventos ocorra. Portanto, a análise do risco envolve a identificação de mudanças potenciais adversas e do impacto esperado como resultado na organização.

O risco é inerente a todas as atividades desempenhadas por pessoas físicas e jurídicas e pode estar relacionada tanto a uma possível perda, tanto como uma oportunidade a ganho. O risco está presente a todas as atividades, sendo que as organizações que buscam o aprimoramento do seu ambiente de controles internos e do acompanhamento de suas estratégias e objetivos, os riscos inerentes costumam ser controláveis e identificáveis.

Moeller (2007) afirma que o gerenciamento de risco torna-se importante na medida em que contribui com a melhoria do ambiente de controle interno na organização. Depreende-se que a gestão de riscos não está voltada à eliminação de riscos, e sim, a sua identificação, mensuração e controle. O mesmo adverte que uma adequada estrutura de controle na organização pode proporcionar aos gestores melhores condições para avaliar a que riscos a empresa está exposta.

2.4.2.2 Classificação dos riscos

Segundo o IBGC (2007, p. 17):

Não há um tipo de classificação de riscos que seja consensual, exaustivo e aplicável a todas as organizações; a classificação deve ser desenvolvida de acordo com as características de cada organização, contemplando as

particularidades da sua indústria, mercado e setor de atuação. Por exemplo: os estoques de materiais de consumo são menos relevantes para um banco do que para uma indústria, onde pode representar um dos principais fatores de risco. Analogamente, as variáveis relacionadas ao “risco de mercado” são cruciais para um banco e podem não ser tão relevantes para determinada organização manufatureira.

O IBGC no seu documento denominado de Guia de Orientação para Gerenciamento de Riscos Corporativos (IBGC, 2007, p. 17) sugere que uma das formas de classificação de riscos consiste em desenhar uma matriz que considere a origem dos eventos, a natureza dos riscos e uma tipificação dos mesmos, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Figura 5: Classificação de Riscos

		Tipos	Natureza dos Riscos		
			Estratégico	Operacional	Financeiro
origem dos eventos	Externo	Macroeconômico			
		Ambiental			
		Social			
		Tecnológico			
		Legal			
	Interno	Financeiro			
		Ambiental			
		Social			
		Tecnológico			
		Conformidade			

Fonte: IBGC (2007, p. 17)

Utilizamos apresentar a classificação de riscos apresentada pelo IBGC visto ser um órgão de notório e importante dedicação a cerca do assunto e que agrega valor as organizações que adotam as suas sugestões na suas avaliações e gerenciamento de riscos corporativos.

Sendo os riscos divididos em dois eventos, internos e externos, onde auxilia as organizações a definirem a sua abordagem a ser adotada. Na definição de eventos externos e internos na classificação de riscos o IBGC apresenta os riscos externos como ocorrências associadas ao ambiente macroeconômico, político, social, natural ou setorial em que uma

organização convive, tendo como exemplo questões ligadas a atividade empresarial, taxas de juros, aquecimento global, entre outros. No que tange aos eventos internos ele apresenta como os originados na própria estrutura da organização, pelos seus processos, seu quadro de pessoal ou o seu ambiente de tecnologia, sendo que a organização deve interagir de forma pró-ativa diretamente sobre esses eventos (2007, p. 18).

Na classificação de riscos também é importante a segregação quanto a sua natureza, o que permite organizar os riscos quanto a estratégicos, operacionais e financeiros, de acordo com a natureza e que um mesmo risco pode ser classificado concomitantemente em duas categorias (IBGC, 2007, p. 18).

A natureza dos riscos propostas pelo IBGC é dividida em estratégicos, operacional e financeiro, conforme definição abaixo (IBGC, 2007, p. 18):

- **Estratégico:** Estão associados à tomada de decisão da alta administração e podem gerar perda substancial no valor da organização. Os riscos associados a má gestão empresarial normalmente resultam em fraudes nas Demonstrações Financeiras.
- **Operacional:** Estão associados a ocorrência de perdas, de produção, ativos, clientes e receitas, resultantes de falhas deficiências ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas.
- **Financeiro:** Estão associados a riscos de mercado, crédito e liquidez, como as operações financeiras da organização. É o risco de que os fluxos de caixa não sejam administrados para maximizar a geração de caixa operacional, gerenciar riscos e retornos de operações financeiras e captar e aplicar recursos financeiros de acordo com a política estabelecida.

3 ANÁLISES E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Neste projeto de pesquisa foram analisados 26 relatórios de administração de empresas do segmento de bancos que possuem suas ações negociadas na BM&F Bovespa do ano de 2011 e este capítulo consiste na descrição do resultado do projeto de pesquisa, com análises que se interagem para tornarem-se mais claros os comentários apresentados sob cada componente do COSO que fora analisado. Logo, neste projeto de pesquisa apresentam-se as classificações dos RA em relação à divulgação do gerenciamento de riscos corporativos, por conseguinte, a análise da classificação final dos RA quanto à divulgação total do gerenciamento de riscos corporativos propostas pelo COSO.

3.1 Ambiente interno

A pesquisa inicia com o primeiro componente abordado pelo COSO e que está integrado ao processo de gestão das companhias. O COSO II estabelece algumas diretrizes, e estas devem ser observadas e utilizadas como prática de controle pelas empresas em relação a este componente, como estrutura formalmente definida, política de controle interno, política de gestão de riscos e política de recursos humanos.

Segundo o COSO (2004) em relação às diretrizes do ambiente interno, “a administração estabelece uma filosofia quanto ao tratamento de riscos e estabelece um limite de apetite a risco. O ambiente interno determina os conceitos básicos sobre a forma como os riscos e os controles serão vistos e abordados pelos empregados da organização. O coração de toda organização fundamenta-se em seu corpo de empregados, isto é, nos atributos individuais, inclusive a integridade, os valores éticos e a competência – e, também, no ambiente em que atuam”.

Das características observadas às empresas que mais evidenciaram as informações de ambiente interno são: O Banco de Brasília, Banco do Brasil, Banco do Estado do Pará, Banco do Estado do RS, Banco do Estado do Sergipe, Banco Mercantil do Brasil, Banco Pine, Banco Sofisa, Banestes, Bradesco, Itaúsa e Santander Brasil, apresentando todas as quatro características quanto ao ambiente interno. Sendo estas compostas por 46,15% ou doze empresas do total das empresas e foram classificadas como Informação Completa Longa – ICL, conforme podemos observar no Quadro 07.

Com três características apresentadas temos as empresas, ABC Brasil, Banco do Nordeste do Brasil, Banco Indusval, Banco Panamericano, BIC Banco, Consórcio Alfa, Itaú

Unibanco e Paraná Banco, totalizando oito empresas analisadas, ou seja, 30,77% das empresas, sendo estas classificadas como Informação Completa Curta – ICC.

Com duas características apresentadas em relação ao ambiente interno estão apenas duas empresas, sendo estas, o Banco da Amazônia e o BTG Pactual, representando 7,69% das empresas, sendo estas classificadas como Informação Incompleta Longa - IIL. E com uma característica apresentada, estão quatro empresas, o Alfa Holding, Alfa Investimentos, Banco Daycoval e o Banco Mercantil de Investimentos, representando 15,38% das empresas e classificadas como Informação Incompleta Média – IIM.

O quadro 07 apresenta a classificação geral das características recomendadas e evidenciadas para o componente de ambiente interno, conforme abaixo:

Quadro 07: Classificação dos RAs quanto à evidenciação do Ambiente interno

Classificação	Número de empresas	Frequência (%)
Informação Completa Longa - ICL	12	46,15%
Informação Completa Média - ICM	-	-
Informação Completa Curta - ICC	8	30,77%
Informação Incompleta Longa - IIL	2	7,69%
Informação Incompleta Média - IIM	4	15,38%
Informação Incompleta Curta - IIC	-	-
Informação Inexistente - II	-	-

Fonte: Dados da pesquisa

Verifica-se no Quadro 07 que praticamente quase metade da população de 26 empresas pesquisadas, 12 empresas (46,15%) se apresentam com características de Informação Completa Longa, o que evidencia uma preocupação das empresas em divulgar aos seus acionistas ou interessadas pelas informações das empresas os aspectos relacionados ao ambiente interno.

No que tange a classificação de empresas que divulgaram informações completas, foram 20 empresas classificadas, ou seja, 76,92% das empresas apresentaram informações completas, ficando assim evidente a preocupação destas para com as divulgações aos usuários de suas informações, conforme podemos verificar no Quadro 07.

3.2 Fixação de objetivos

Segundo o COSO (2004) em relação às diretrizes de fixação de objetivos define que “os objetivos devem existir antes que a administração identifique as situações em

potencial que poderão afetar a realização destes. O gerenciamento de riscos corporativos assegura que a administração adote um processo para estabelecer objetivos e que os escolhidos propiciem suporte, alinhem-se com a missão da organização e sejam compatíveis com o apetite a risco”.

O componente de definição ou fixação de objetivos apresenta quatro objetivos de divulgação propostas pelo COSO, são eles: objetivos estratégicos, objetivos de conformidade, objetivos de relatórios e objetivos de operações.

Das características observadas às empresas que mais evidenciaram as informações de fixação de objetivos, e que podemos observar no Quadro 08, com todas as características divulgadas são: ABC Brasil, Banco de Brasília, Banco do Brasil, Banco Indusval, Banco Pine, Banestes, BIC Banco e Bradesco. Sendo estas compostas por 30,77%, ou seja, oito empresas do total das empresas e foram classificadas como Informação Completa Longa – ICL.

Com três características apresentadas, das quatro definidas, temos as empresas, Banco da Amazônia, Banco do Estado do Pará, Banco do Estado do RS, Banco do Estado do Sergipe, Banco do Nordeste do Brasil, Banco Mercantil do Brasil, Banco Sofisa, Itaú Unibanco, Itaúsa e Santander Brasil, totalizando dez empresas analisadas, ou seja, 38,46% das empresas, sendo estas classificadas como Informação Completa Curta – ICC.

O Quadro 08 apresenta a classificação geral das características recomendadas e evidenciadas para o componente de fixação de objetivos, conforme abaixo:

Quadro 08: Classificação dos RAs quanto à evidenciação da Fixação de objetivos

Classificação	Número de empresas	Frequência (%)
Informação Completa Longa - ICL	8	30,77%
Informação Completa Média - ICM	-	-
Informação Completa Curta - ICC	10	38,46%
Informação Incompleta Longa - IIL	3	11,54%
Informação Incompleta Média - IIM	4	15,38%
Informação Incompleta Curta - IIC	-	-
Informação Inexistente - II	1	3,85%

Fonte: Dados da pesquisa

No componente de Fixação de Objetivos, com duas características apresentadas estão apenas três empresas, sendo estas, o Banco Panamericano, Consórcio Alfa e o Paraná Banco, com 11,54% das empresas, sendo estas classificadas como Informação Incompleta Longa - IIL. Com uma característica apresentada, estão quatro empresas, o Alfa Holding, Alfa Investimentos, Banco Daycoval e o BTG Pactual, representando 15,38% das empresas e

classificadas como Informação Incompleta Média – IIM e apenas uma empresa, do total da população de 26 empresas, o Banco Mercantil de Investimentos não divulgou informações neste quesito.

Verifica-se portanto no Quadro 08, no que tange a classificação de empresas que divulgaram informações completas, foram 18 empresas classificadas, ou seja, 69,23% das empresas apresentaram informações completas em relação à fixação de objetivos, ficando assim também evidente a preocupação destas para com as divulgações aos usuários de suas informações quanto aos objetivos fixados no âmbito estratégico, estabelecendo assim uma base para os objetivos operacionais, de comunicação e o cumprimento de normas.

3.3 Identificação de eventos ou riscos

No processo de identificação de riscos, o coso não prevê a categorização de riscos específicos. Apenas atenta para a necessidade de identificação de todos os eventos prováveis de ocorrência, não devendo a organização preocupar-se nesse momento com sua avaliação. a avaliação deverá ser realizada a seguir, no próximo ambiente destacado pelo coso, ou seja, no processo de avaliação de riscos (Beuren e Zonatto, 2012, p. 78).

Segundo o COSO (2004) em relação às premissas para a identificação de eventos, apresenta que “os eventos em potencial que podem impactar a organização devem ser identificados, uma vez que esses possíveis eventos, gerados por fontes internas ou externas, afetam a realização dos objetivos. Durante o processo de identificação de eventos, estes poderão ser diferenciados em riscos, oportunidades, ou ambos. As oportunidades são canalizadas à alta administração, que definirá as estratégias ou os objetivos”.

O componente de Identificação de eventos ou riscos apresenta oito itens de identificação de riscos propostas pelo COSO, são eles: risco estratégico, riscos de mercado, riscos de crédito, risco de liquidez, riscos operacionais, riscos legais, riscos de imagem e riscos financeiros.

Neste componente houve três empresas que divulgaram informações completas, sendo o Banco do Brasil, com informação Completa Longa – ICL, o Banco do Estado do Pará com informação Completa Média, ICM e o Banco de Brasília com divulgação de informação Completa Curta – ICC, representando as três 11,54% das empresas analisadas, conforme podemos verificar no Quadro 09.

Com informações divulgadas e classificadas como informação incompleta longa estão treze empresas, sendo, ABC Brasil, Banco do Estado do RS, Banco do Estado do Sergipe, Banco do Nordeste do Brasil, Banco Indusval, Banco Mercantil do Brasil, Banco Sofisa, Banestes, BIC Banco, Bradesco, Itaú Unibanco, Itaúsa e Santander Brasil, estas representando 50% das empresas analisadas.

Posteriormente, conforme apresentado no Quadro 09 temos uma empresa (Banco Pine) com informação incompleta média – IIM o que representa 3,85%. E três e seis empresas que divulgaram informações classificadas como informação incompleta curta – IIC e inexistente – II, respectivamente, sendo elas o Banco Daycoval, BTG Pactual e o Consórcio Alfa com informações incompleta curta e Alfa Holding, Alfa investimentos, Banco da Amazônia, Banco Mercantil de Investimentos, Banco Panamericano e o Paraná banco com nenhuma informação divulgada quanto ao componente de identificação de eventos ou riscos, representando 23,08% das empresas.

O Quadro 09 apresenta a classificação geral das características recomendadas e evidenciadas para o componente de identificação de eventos ou riscos, conforme abaixo:

Quadro 09: Classificação dos RAs quanto à evidenciação de Identificação de riscos

Classificação	Número de empresas	Frequência (%)
Informação Completa Longa - ICL	1	3,85%
Informação Completa Média - ICM	1	3,85%
Informação Completa Curta - ICC	1	3,85%
Informação Incompleta Longa - IIL	13	50,00%
Informação Incompleta Média - IIM	1	3,85%
Informação Incompleta Curta - IIC	3	11,54%
Informação Inexistente - II	6	23,08%

Fonte: Dados da pesquisa

No quesito de divulgação da evidenciação de identificação de eventos ou riscos verifica-se no Quadro 09 que 17 empresas (65,38%) foram classificadas como informações incompletas e seis empresas (23,08%) não divulgaram informações de identificação de eventos ou riscos.

3.4 Avaliação de riscos

Segundo o COSO (2004) com relação ao componente de avaliação de riscos diz que “os riscos identificados são analisados com a finalidade de determinar a forma como

serão administrados e, depois, serão associados aos objetivos que podem influenciar. São avaliados os riscos considerando seus efeitos inerentes e residuais, bem como sua probabilidade e seu impacto”.

O componente de avaliação de riscos apresenta cinco itens propostos pelo COSO, são eles: evidenciação da avaliação de riscos inerentes e/ou residuais, evidenciação da probabilidade e/ou impacto, comparação com benchmarking, utilização de modelos probabilísticos e utilização de modelos não probabilísticos.

Neste componente, conforme apresentado no Quadro 10, houve três empresas que divulgaram informações completas, sendo o Banco do Brasil, o Banco Bradesco e o Itaú Unibanco, sendo estas classificadas como informação Completa Curta – ICC, representando as três 11,54% das empresas analisadas.

Com duas características apresentadas, das cinco definidas, quatro empresas divulgaram informações de avaliação de risco, são elas, Banco do Estado do Pará, Banco do Estado do RS, BIC Banco e Santander Brasil, representando estas 15,38% das empresas, sendo estas classificadas como Informação Incompleta Média – IIM.

O Quadro 10 apresenta a classificação geral das características recomendadas e evidenciadas para o componente de avaliação de riscos, conforme abaixo:

Quadro 10: Classificação dos RAs quanto à evidenciação da Avaliação de riscos

Classificação	Número de empresas	Frequência (%)
Informação Completa Longa - ICL	-	-
Informação Completa Média - ICM	-	-
Informação Completa Curta - ICC	3	11,54%
Informação Incompleta Longa - IIL	-	-
Informação Incompleta Média - IIM	4	15,38%
Informação Incompleta Curta - IIC	15	57,69%
Informação Inexistente - II	4	15,38%

Fonte: Dados da pesquisa

No componente de avaliação de riscos, com duas características apresentadas estão 15 empresas, sendo estas, o Banco Daycoval, Banco de Brasília, Banco do Estado do Sergipe, Banco do Nordeste do Brasil, Banco Indusval, Banco Mercantil de Investimentos, Banco Mercantil do Brasil, Banco Panamericano, Banco Pine, Banco Sofisa, Banestes, BTG Pactual, Consórcio Alfa, Itaúsa e Paraná Banco, representando 57,69% das empresas analisadas, sendo estas classificadas como Informação Incompleta Curta - IIC. Não apresentaram nenhuma característica do componente de avaliação de riscos as empresas, ABC

Brasil, Alfa Holding, Alfa Investimentos e Banco da Amazônia, representando 15,38% das 26 empresas analisadas.

No quesito de divulgação da evidenciação de avaliação de riscos, verifica-se no Quadro 10 que 19 empresas (73,08%) foram classificadas como informações incompletas, três empresas (11,54%) foram classificadas como informação completa e quatro empresas (15,38%) não divulgaram informações de avaliação de riscos.

3.5 Respostas aos riscos

Segundo o COSO (2004) com relação ao componente de avaliação de riscos diz que “os empregados identificam e avaliam as possíveis respostas aos riscos: evitar, aceitar, reduzir ou compartilhar. A administração seleciona o conjunto de ações destinadas a alinhar os riscos às respectivas tolerâncias e ao apetite a risco”.

O componente de resposta aos riscos apresenta quatro itens propostos pelo COSO, são eles: evitar, reduzir, compartilhar e aceitar.

Neste componente houve vinte empresas que divulgaram Informações Incompleta Longa - IIL, sendo o ABC Brasil, Banco de Brasília, Banco do Brasil, Banco do Estado do Pará, Banco do Estado do RS, Banco do Estado do Sergipe, Banco do Nordeste do Brasil, Banco Indusval, Banco Mercantil do Brasil, Banco Panamericano, Banco Pine, Banco Sofisa, Banestes, BIC Banco, Bradesco, Consórcio Alfa, Itaú Unibanco, Itaúsa, Paraná Banco e Santander Brasil, representando as três 76,92% das empresas analisadas.

Na análise dos Relatórios de Administração das empresas não apresentaram nenhuma característica do componente de resposta aos riscos as empresas, Alfa Holding, Alfa Investimentos, Banco da Amazônia, Banco Daycoval, Banco Mercantil do Brasil e BTG Pactual, representando 23,08% das 26 empresas analisadas.

O Quadro 11 apresenta a classificação geral das características recomendadas e evidenciadas para o componente de respostas aos de riscos, conforme abaixo:

Quadro 11: Classificação dos RAs quanto à evidenciação das Respostas ao risco

Classificação	Número de empresas	Frequência (%)
Informação Completa Longa - ICL	-	-
Informação Completa Média - ICM	-	-
Informação Completa Curta - ICC	-	-
Informação Incompleta Longa - IIL	20	76,92%
Informação Incompleta Média - IIM	-	-
Informação Incompleta Curta - IIC	-	-
Informação Inexistente - II	6	23,08%

Fonte: Dados da pesquisa

Verifica-se que a principal classificação quanto à evidenciação das respostas aos riscos corporativos estão em Informação Incompleta Longa – IIL, representando 76,92% das empresas, por conseguinte, seis empresas, que representam 23,08% das empresas analisadas não divulgaram nenhum aspecto relacionado a respostas aos riscos corporativos em seus relatórios de administração.

3.6 Atividades de controle

Segundo o COSO (2004) com relação ao componente de atividades de controle diz que “políticas e procedimentos são estabelecidos e implementados para assegurar que as respostas aos riscos selecionados pela administração sejam executadas com eficácia”.

O componente de atividades de controle apresenta seis itens propostos pelo COSO para que as empresas divulguem aos usuários de suas informações, são eles: administração funcional direta ou de atividade, processamento da informação, liberação de acessos, revisão de procedimentos, controles físicos, indicadores de desempenho.

Das características observadas às empresas que mais evidenciaram as informações de atividades de controle, conforme apresentado no Quadro 12, com todas as características divulgadas são: Banco do Brasil, Banco do Estado do Pará, Banco do Estado do RS, Banco do Estado do Sergipe, Banco Indusval, Santander Brasil, sendo estas compostas por 23,08%, ou seja, seis empresas do total das empresas e foram classificadas como Informação Completa Longa – ICL.

Com cinco características apresentadas, das seis definidas, temos as empresas, Banco de Brasília, Banco do Nordeste do Brasil, BIC Banco, Bradesco e Itaú Unibanco, totalizando cinco empresas analisadas, representando 19,23% das empresas, sendo estas classificadas como Informação Completa Média – ICM.

O Quadro 12 apresenta a classificação geral das características recomendadas e evidenciadas para o componente de atividades de controle, conforme abaixo:

Quadro 12: Classificação dos RAs quanto à evidenciação das Atividades de controle

Classificação	Número de empresas	Frequência (%)
Informação Completa Longa - ICL	6	23,08%
Informação Completa Média - ICM	5	19,23%
Informação Completa Curta - ICC	-	-
Informação Incompleta Longa - IIL	1	3,85%
Informação Incompleta Média - IIM	2	7,69%
Informação Incompleta Curta - IIC	9	34,62%
Informação Inexistente - II	3	11,54%

Fonte: Dados da pesquisa

No componente de atividades de controle, foram classificadas como informação incompleta doze empresas, sendo, o Banco Sofisa classificado como Informação Incompleta Longa - IIL, representando 3,85%, o Banco Pine e o Banestes, classificados como Informação Incompleta Média – IIM, representando 7,69%, o ABC Brasil, Alfa Holding, Alfa Investimentos, Banco da Amazônia, Banco Daycoval, Banco Panamericano, BTG Pactual, Consórcio Alfa e Paraná Banco classificados como Informação Incompleta Curta - IIC e representando 34,62% das empresas analisadas. Não apresentaram nenhuma característica do componente de atividades de controle as empresas, Banco Mercantil de Investimentos, Banco Mercantil do Brasil e o Banco Itaúsa, representando 11,54% das vinte e seis empresas analisadas.

No quesito de divulgação da evidenciação de atividades de controle, verifica-se por meio do Quadro 12 que onze empresas (42,31%) foram classificadas como informações completas, doze empresas (46,15%) foram classificadas como informação incompleta e três empresas (11,54%) não divulgaram informações de atividades de controle.

3.7 Informação e comunicação

No componente de informação e comunicação as informações pertinentes são identificadas, coletadas e comunicadas de forma coerente e no prazo, a fim de permitir que as pessoas cumpram as suas responsabilidades (COSO, 2004).

O componente de informação e comunicação apresenta cinco itens propostos pelo COSO para que as empresas divulguem aos usuários de suas informações, são eles: diretivas de informação, responsável pela informação, diretivas de comunicação, responsável pela divulgação e informações divulgadas.

Das características observadas a única empresa que divulgou os aspectos de informação e comunicação com todas as características é o Banco do Brasil, representando 3,85%, e classificado como Informação Completa Longa – ICL. Ainda com divulgação classificada como informações completas, estão o Banco do Estado do RS, Bradesco, Itaú Unibanco e o Santander Brasil, representando estes 15,38% das empresas analisadas e classificadas como Informação Completa Curta – ICC.

Com três características apresentadas, das cinco definidas, temos as empresas, ABC Brasil, Banco de Brasília e o Banco do Estado do Pará, totalizando três empresas analisadas, representando 11,54% das empresas, sendo estas classificadas como Informação Incompleta Longa – IIL.

O Quadro 13 apresenta a classificação geral das características recomendadas e evidenciadas para o componente de informação e comunicação, conforme abaixo:

Quadro 13: Classificação dos RAs quanto à evidenciação de Informação e comunicação

Classificação	Número de empresas	Frequência (%)
Informação Completa Longa - ICL	1	3,85%
Informação Completa Média - ICM	-	-
Informação Completa Curta - ICC	4	15,38%
Informação Incompleta Longa - IIL	3	11,54%
Informação Incompleta Média - IIM	2	7,69%
Informação Incompleta Curta - IIC	8	30,77%
Informação Inexistente - II	8	30,77%

Fonte: Dados da pesquisa

No componente de informação e comunicação, com duas características apresentadas estão duas empresas, sendo estas, o Banco do Estado do Sergipe e o BTG Pactual, representando 7,69% das empresas analisadas, sendo estas classificadas como Informação Incompleta Média - IIM. Ainda, na classificação de informações incompletas estão o Banco do Nordeste do Brasil, Banco Indusval, Banco Mercantil de Investimentos, Banco Mercantil do Brasil, Banco Pine, Banestes, BIC Banco e o Itaúsa, classificados como Informação Incompleta Curta – IIC, e com representatividade em relação ao total de empresas analisadas de 30,77%.

Neste componente, não apresentaram nenhuma característica de informação e comunicação as empresas, Alfa Holding, Alfa Investimentos, Banco da Amazônia, Banco Daycoval, Banco Panamericano, Banco Sofisa, Consórcio Alfa e o Paraná Banco, representando 30,77% das 26 empresas analisadas.

No quesito de divulgação da evidenciação de informação e comunicação, verifica-se que cinco empresas (19,23%) foram classificadas como informações completas, treze empresas (50%) foram classificadas como informação incompleta e oito empresas (30,77%) não divulgaram aspectos do componente de informação e comunicação.

3.8 Monitoramento

Segundo o COSO (2004) com relação ao componente de monitoramento diz que “A integridade do processo de gerenciamento de riscos corporativos é monitorada e as modificações necessárias são realizadas. Desse modo, a organização poderá reagir ativamente e mudar segundo as circunstâncias. O monitoramento é realizado por meio de atividades gerenciais contínuas, avaliações independentes ou uma combinação desses dois procedimentos”.

O componente de monitoramento apresenta quatro itens propostos pelo COSO para que as empresas divulguem aos usuários de suas informações, são eles: atividades de monitoramento, avaliações independentes, relatos de deficiências e responsáveis pelo monitoramento.

Das características observadas a única empresa que divulgou os aspectos de informação e comunicação com todas as características é o Banco do Brasil, representando 3,85%, e classificado como Informação Completa Longa – ICL. Ainda com divulgação classificadas como informações completas, estão o ABC Brasil, Banco de Brasília, Banco do Estado do Pará, Banco do Estado do RS, BIC Banco, Bradesco, Consórcio Alfa, Itaú Unibanco e Santander Brasil, representando estes 34,62% das empresas analisadas e classificadas como Informação Completa Curta – ICC e compostas por nove empresas do total de empresas analisadas.

Com duas características apresentadas, das quatro definidas, temos as empresas, Banco do Estado do Sergipe, Banco do Nordeste do Brasil, Banco Indusval, Banco Panamericano, Banco Pine, Banestes e Paraná Banco, totalizando sete empresas analisadas e

representando 26,92% das empresas, sendo estas classificadas como Informação Incompleta Longa – IIL.

O Quadro 14 apresenta a classificação geral das características recomendadas e evidenciadas para o componente de monitoramento, conforme abaixo:

Quadro 14: Classificação dos RAs quanto à evidenciação do Monitoramento

Classificação	Número de empresas	Frequência (%)
Informação Completa Longa - ICL	1	3,85%
Informação Completa Média - ICM	-	-
Informação Completa Curta - ICC	9	34,62%
Informação Incompleta Longa - IIL	7	26,92%
Informação Incompleta Média - IIM	8	30,77%
Informação Incompleta Curta - IIC	-	-
Informação Inexistente - II	1	3,85%

Fonte: Dados da pesquisa

No componente de informação e comunicação, com duas características apresentadas tem-se o Alfa Holding, Alfa Investimentos, Banco Daycoval, Banco Mercantil de Investimentos, Banco Mercantil do Brasil, Banco Sofisa, BTG Pactual e Itaúsa, representando 30,77% das empresas analisadas, sendo estas classificadas como Informação Incompleta Média - IIM.

Neste componente, apenas uma empresa não apresentou nenhuma característica de comunicação que é o Banco da Amazônia, representando 3,85% das vinte e seis empresas analisadas.

No quesito de divulgação da evidenciação de comunicação, verifica-se por meio do Quadro 14 que dez empresas (38,46%) foram classificadas como informações completas, 15 empresas (57,69%) foram classificadas como informação incompleta e uma empresa (3,85%) não divulgou aspectos do componente de comunicação.

3.9 Classificação dos RA quanto evidenciação da Metodologia do COSO II

Neste capítulo é apresentado um resumo geral de da classificação das empresas que foram alvo do projeto de pesquisa. Abaixo, no Quadro 15 são apresentadas as empresas e suas classificações de evidenciação de acordo as informações divulgadas em cada componente de controle proposta pelo COSO, vide abaixo:

Quadro 15: Classificação dos RA quanto à evidência da Metodologia do COSO II

Empresas	AI	FO	IE	AR	RR	AC	IC	MO	Média	Class.
ABC Brasil	75%	100%	63%	0%	50%	16%	60%	75%	55%	IIL
Alfa Holding	25%	25%	0%	0%	0%	16%	0%	25%	11%	IIC
Alfa Investimentos	25%	25%	0%	0%	0%	16%	0%	25%	11%	IIC
Banco da Amazônia	50%	75%	0%	0%	0%	16%	0%	0%	18%	IIC
Banco Daycoval	25%	25%	20%	20%	0%	16%	0%	25%	16%	IIC
Banco de Brasília	100%	100%	80%	20%	50%	83%	60%	75%	71%	ICC
Banco do Brasil	100%	100%	100%	80%	50%	100%	100%	100%	91%	ICL
Banco do Estado do Pará	100%	75%	88%	40%	50%	100%	60%	75%	73%	ICC
Banco do Estado do RS	100%	75%	63%	40%	50%	100%	80%	75%	73%	ICC
Banco do Estado do Sergipe	100%	75%	63%	20%	50%	100%	40%	50%	62%	IIL
Banco do Nordeste do Brasil	75%	75%	63%	20%	50%	83%	20%	50%	54%	IIL
Banco Indusval	75%	100%	50%	20%	50%	100%	20%	50%	58%	IIL
Banco Mercantil de Investimentos	25%	0%	0%	20%	0%	0%	20%	25%	11%	IIC
Banco Mercantil do Brasil	100%	75%	63%	20%	50%	0%	20%	25%	44%	IIM
Banco Panamericano	75%	50%	0%	20%	50%	17%	0%	50%	33%	IIM
Banco Pine	100%	100%	25%	20%	50%	33%	20%	50%	50%	IIL
Banco Sofisa	100%	75%	63%	20%	50%	50%	0%	25%	48%	IIL
Banestes	100%	100%	63%	20%	50%	33%	20%	50%	54%	IIL
BIC Banco	75%	100%	63%	40%	50%	83%	20%	75%	63%	IIL
Bradesco	100%	100%	63%	80%	50%	83%	80%	75%	79%	ICC
BTG Pactual	50%	25%	13%	20%	0%	17%	40%	25%	24%	IIC
Consórcio Alfa	75%	50%	20%	20%	50%	17%	0%	75%	38%	IIM
Itaú Unibanco	75%	75%	63%	80%	50%	83%	80%	75%	73%	ICC
Itaúsa	100%	75%	63%	20%	50%	0%	20%	25%	44%	IIM
Paraná Banco	75%	50%	0%	20%	50%	17%	0%	50%	33%	IIM
Santander Brasil	100%	75%	63%	40%	50%	100%	80%	75%	73%	ICC

Fonte: Dados da pesquisa

Na classificação geral observa-se que apenas uma empresa foi classificada como Informação Completa Longa – ICL, que foi o Banco do Brasil, que atendeu a todos os aspectos de divulgação propostas pelo COSO. Ainda nas empresas classificadas como informações completas estão o Banco de Brasília, Banco do Estado do Pará, Banco do Estado do RS, Bradesco, Itaú Unibanco e o Santander Brasil, estes representando 23,08% do total das empresas analisadas e classificadas como Informação Completa Curta – ICC.

Na classificação de informações incompletas foram dezenove empresas que ficaram neste intervalo e correspondem a 73,08% das empresas analisadas, e foram distribuídas da seguinte maneira: classificadas como Informação Incompleta Longa – IIL, o

ABC Brasil, Banco do Estado do Sergipe, Banco do Nordeste do Brasil, Banco Indusval, Banco Pine, Banco Sofisa, Banestes e BIC Banco, como classificados como Informação Incompleta Média – IIM, estão às empresas, Banco Mercantil do Brasil, Banco Panamericano, Consórcio Alfa, Itaúsa e Paraná Banco, e classificadas como Informação Incompleta Curta – IIC, estão às empresas, Alfa Holding, Alfa Investimentos, Banco da Amazônia, Banco Daycoval, Banco Mercantil de Investimentos e BTG Pactual.

Na análise dos RA nenhuma empresa foi classificada como Informação Inexistente – II, ou seja, todas apresentaram ao menos algum aspecto de gerenciamento de riscos corporativos propostas pela metodologia do COSO.

O Quadro 16 apresenta uma síntese da classificação dos RA, com relação às características de informações básicas recomendadas pelo COSO nos oito componentes de controle pesquisados, conforme abaixo:

Quadro 16: Resumo dos RAs quanto à evidência da Metodologia do COSO II

Classificação	Número de empresas	Frequência (%)
Informação Completa Longa - ICL	1	3,85%
Informação Completa Média - ICM	-	-
Informação Completa Curta - ICC	6	23,08%
Informação Incompleta Longa - IIL	8	30,77%
Informação Incompleta Média - IIM	5	19,23%
Informação Incompleta Curta - IIC	6	23,08%
Informação Inexistente - II	-	-

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se, no Quadro 16 que a classificação final predominante dos RA pesquisados refere-se à informação incompleta, das 26 empresas pesquisadas, 19 (73,08%) tiveram seus RA classificados neste aspecto. Com relação às demais empresas que apresentaram informações sobre a gestão de riscos em componentes de controle (7 empresas), 6 tiveram seus RA classificados como informação completa curta e apenas uma foi classificada como informação completa longa.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou analisar os níveis de evidenciação da gestão de riscos pela metodologia do COSO II nos Relatórios da Administração de empresas que possuem ações negociadas na BM&F Bovespa do segmento de banco, classificando-os quanto à amplitude da divulgação das informações pertinentes a gestão de riscos corporativos.

No presente trabalho de conclusão de curso, é possível ao pesquisador ajudar a compreender o quanto as informações divulgadas pelas companhias de capital aberto do segmento de bancos em relação ao gerenciamento de riscos corporativos podem ser úteis na identificação, avaliação, classificação e monitoramento e de riscos corporativos.

A pesquisa se deu por meio do exame de livros, artigos científicos, monografias e sites específicos no tema, e foi de grande valia para o aprofundamento do conhecimento em gerenciamento de riscos corporativos, especificamente a apresentada e sugerida pela metodologia do COSO ERM ou COSO II.

Pelo levantamento das informações por meio dos Relatórios de Administração das empresas pesquisadas no sítio da BM&F BOVESPA o autor agregou conhecimentos sobre o mercado financeiro, passando a entender melhor os segmentos da bolsa de valores e a importância disso para segurança dos investidores, acionistas e demais interessados em analisar as informações de gerenciamento de riscos corporativos, o qual se incrementa pela exigência do grau elevado de governança corporativa a ser trabalhado pela administração das empresas de capital aberto, especificamente no segmento de bancos, que assim se tornou suporte de informações para esta pesquisa.

A implantação e a periodicidade de execução do gerenciamento de riscos corporativos deverão ser definidas, portanto, pela própria empresa dentro de um cronograma que leve em conta sua estrutura organizacional, ambiente de exposição a riscos e a utilização de um modelo conceitual, como é o caso da metodologia recomendada pelo COSO II, proporcionando as diretrizes para a evolução e aprimoramento do gerenciamento de riscos e dos procedimentos para sua análise.

Na realização de trabalhos futuros sobre este mesmo tema, é interessante a utilização do modelo de gerenciamento de riscos recomendada pelo COSO II por meio do gerenciamento de riscos de outros segmentos de mercado, para que aja a possibilidade de observação e análise ao tema abordado em empresas de diferentes segmentos, proporcionando comparar quais segmentos preocupam-se em evidenciar aos usuários de suas informações quanto ao gerenciamento de riscos a que estes estão expostos. Gerenciamento este que, reflete

aos usuários uma melhor confiabilidade e transparência em relação às demonstrações financeiras, e se estas refletem a real situação econômica financeira das empresas.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria**: um curso moderno e completo. São Paulo: Atlas, 1996.
- ÁLVARES, E.; GIACOMETTI, C.; GUSSO, E. **Governança corporativa**: um modelo brasileiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação**: noções práticas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- ATTIE, William. **Auditoria**: conceitos e aplicações. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- AUDIBRA – Instituto dos Auditores Internos do Brasil. **Normas brasileiras para o exercício da auditoria interna**. 2. ed. São Paulo: Audibra, 1992.
- BARBOSA, Dimitri Oliveira; PUGLIESE, Wagner Roberto; SPECCHIO, Silvia Regina Astorino. **Novas Metodologias**. São Paulo: IBCB, 1999. 83 p.
- BORGERTH, Vânia Maria da Costa. **SOX**: Entendo a Lei Sarbanes-Oxley : um caminho para a informação transparente. São Paulo (SP): Thomson Learning, 2007.
- BOVESPA: Bolsa de Valores de São Paulo. **Regulamento de listagem do Novo Mercado**. Disponível em: <<http://www.bovespa.com.br/pdf/RegulamentoNMercado.pdf>>. Acesso em: 10/nov./2012.
- BRASIL. **Lei nº. 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 21 out. 2012.
- CASTRO, D. P. de. **Auditoria e Controle interno na administração pública**. São Paulo: Atlas, 2008.
- CHIAVENATO, Idalberto. **Iniciação á administração geral**. São Paulo: Makron Books, 2000.
- COCORULLO, Antonio. **Gestão de riscos corporativos**: riscos alinhados com algumas ferramentas de gestão: um estudo de caso no setor de celulose e papel. 3 ed. São Paulo: 2004.
- COMMITTE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION (COSO). **Internal control**: integrated framework. new York: AICPA, 1992.
- _____. **enterprise risk management: integrated framework**. new York: AICPA, 2004.
- CREPALDI, Aparecido Silvio. **Auditoria contábil** (teoria e prática). São Paulo: Atlas 2007
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **Pronunciamento conceitual básico (r1) estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil- -financeiro**. 2011. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pdf/cPc00_r1.pdf>. acesso em: 28 setembro. 2012.

CVM – **Comissão de Valores Mobiliários**. Recomendações da CVM sobre governança corporativa. Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <www.cvm.gov.br>. Acesso em: 09/nov./2012.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU. Guia para melhorar a governança corporativa através de eficazes controles internos. 2003. Disponível em: <[http://www.deloitte.com/dtt/cda/doc/content/guia_sarbanes_oxley\(1\).pdf](http://www.deloitte.com/dtt/cda/doc/content/guia_sarbanes_oxley(1).pdf)> Acesso em: 10/nov./2012.

DIAS, Sergio Vidal. **Auditoria de processos organizacionais**. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

FRANCO, Hilário & MARRA, Ernesto. **Auditoria contábil**. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GERÔNIMO, Luciana Moura.et al. **Governança corporativa**: uma abordagem segundo a Lei Sarbanes Oxley. RUC, Brasília, v. 2, n. 1, fev. 2009.

IBGC – INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa**. 4. ed. São Paulo: IBGC, 2009.

IBGC – INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Guia de Orientação para Gerenciamento de Riscos Corporativos**. Ed. São Paulo: IBGC, 2007.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Mariana de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1990.

_____. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

MATIAS, A. B. (Coord.). **Finanças corporativas de longo prazo**: criação de valor com a sustentabilidade financeira. Vol. 2. São Paulo: Atlas, 2007.

MIGLIAVACCA, Paulo Norberto. **Controles internos nas organizações**. São Paulo: Edicta, 2002.

MOELLER, R. R. **COSO enterprise risk management**: understanding the new integrated ERM framework. New Jersey: John Wiley & sons, 2007.

MORAES, José Cássio Fróes de. **Análise da Eficácia da Disseminação de Conhecimentos Sobre Controles Internos Após sua Implementação no Banco do Brasil**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

OECD – ORGANIZATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT; **OECD Principles of Corporate Governance**, France, 1999.

OLIVEIRA, Luís Martins; PEREZ JR., José Hernandez; SILVA, Carlos Alberto dos Santos. **Controladoria Estratégica**: 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

PAXSON, D.; WOOD, d. *The blackwell encyclopedic dictionary of finance*. oxford: Blackwell, 1998.

PEREIRA, Marcos Augusto Assi. **Controles internos e cultura organizacional**: como consolidar a confiança na gestão dos negócios. São Paulo: Saint Editora, 2009.

PETERS, Marcos. **Implantando e Gerenciando a Lei Sarbanes Oxley**. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA JUNIOR, Annor. **Trajetória de Crescimento, Governança Corporativa e Gestão Universitária**: Estudo de Caso em Três Instituições de Educação Superior do Tipo Familiar. 2006. Tese (Doutorado) – Centro de Pesquisa em Administração da Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2006.

SILVEIRA, A. D. M. da; BARROS, L. A. B. de C.; FAMA, R. **Estrutura de Governança e desempenho financeiro nas companhias abertas brasileiras** – um estudo empírico. VI SEMEAD, FEA USP, 2002. Disponível em:
<<http://www.fea.usp.br/semead/6semead/financas.htm>> Acesso em: 09/nov./2012.

SCHMIDT, Paulo. SANTOS, José Luiz dos. **Fundamentos da controladoria**. São Paulo: Atlas S.A., 2006.

ZONATTO, Vinicius C. da S.; BEUREN, Ilse M.; **Evidenciação da gestão de riscos pela metodologia do COSO**: um estudo nos relatórios da administração de empresas brasileiras. ConTexto, Porto Alegre, v. 12, n. 21, p. 69-81, 1º semestre de 2012.